



URIPSSA

José Carreiro defende que é necessário a CNIS abrir-se mais às Uniões



CAS PORCHES

Instituição quer construir nova ERPI com capacidade para 80 utentes



CAS CARVOEIRO

Criar um SAD é sonho mas primeiro há que “arrumar a casa” financeiramente

JORNAL SOLIDARIEDADE NA ESTRADA. VOLTA A PORTUGAL ARRANCA NO ALGARVE

Sazonalidade e envelhecimento da população são desafios



CRECHES FAMILIARES

CNIS aguarda orientações do governo para cumprir Adenda

GOVERNO PROMOVE MAJORAÇÃO DE 20% NO PARES

Nova linha de crédito de 120 milhões para atenuar custos energéticos

iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por dermatologistas

NORDHigieno
Produtor de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



Agenda do Trabalho Digno – um desafio às IPSS

Durante muitos anos, dirigi, com outras pessoas, uma IPSS. Em um pouco mais de metade das suas valências os utentes não pagavam. Nessas, os acordos de cooperação celebrados com o Estado, designados atípicos, a comparticipação pública não ultrapassava os 80% dos custos reais da resposta social. Os acordos típicos, em algumas valências, não chegavam a ter a comparticipação de 50% e as mensalidades dos utentes, na sua grande maioria, situavam-se nos dois primeiros escalões dos rendimentos per capita dos agregados familiares. Para algumas famílias não era regular o pagamento das mesmas. A instituição tinha ainda um serviço de atendimento social de proximidade onde acolhia e atendia pessoas com vulnerabilidade económica. Através deste serviço eram pagas dívidas contraídas com a habitação, a energia, a água, a saúde, as finanças... O apoio financeiro para prestar estas ajudas provinha de donativos, sempre aquém dos pedidos que eram recebidos. Sem outras fontes de receitas, porque legados rentáveis não tínhamos, e fazer investimentos que nos pudessem dar excedentes financeiros, mas fossem concorrentes de iguais atividades comerciais existentes no mercado, sempre me pareceu uma opção nebulosa. Os 20% que faltavam para se conseguir colmatar os custos das valências atípicas, iam-se conseguindo com donativos específicos, campanhas de angariação de verbas ou transferências de saldos excedentes das valências em que os utentes pagavam, mas só nos anos em que isso era possível. Como dirigente social tenho a consciência de sempre ter pago os salários determinados pelas Convenções Coletivas e de respeitar os demais direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, bem como, sem prejudicar os direitos dos utentes e a qualidade dos serviços prestados, de ter alguma flexibilidade no relacionamento laboral, para que cada pessoa se sentisse confortável, tanto quanto possível, no seu posto de trabalho. Todavia, acompanha-me a amargura de nunca ter conseguido pagar o que sabia ser de justiça, comparativamente com outras instituições públicas e particulares e tendo em conta a dureza de muitas tarefas.

O meu sentimento deve ser o mesmo da



maioria dos dirigentes das IPSS. Quem não paga melhores salários é porque não tem condições para o fazer. Se não for assim, não sou eu que estou enganado, mas é quem comete a indignidade de ter somas exorbitantes aferidas nos Bancos e estar a explorar o trabalho dos seus colaboradores. Quem assim procede não sabe ser líder, muito menos tem uma consciência social e não é nada solidário.

Para que possa haver uma Agenda do Trabalho Digno para as IPSS, as entidades suas representantes devem integrar, imediatamente, a Concertação Social, de modo que se compreendam bem os desafios que este setor enfrenta. Basta ver o que aconteceu com o aumento do salário mínimo. Uma medida boa; todavia, há que ver as suas implicações nos salários que lhe estão mais próximos, comparativamente, com o aumento das comparticipações às IPSS, para suportar estes encargos. A realidade é que algumas, segundo sei, estão mesmo em perigo de insustentabilidade económica. Por outro lado, no sentido de uma boa utilização dos recursos públicos, deverá considerar-se a possibilidade de critérios de diferenciação positiva. Determinadas orientações deveriam ser mais consensualizadas com as Organizações que representam as IPSS, nomeadamente no que respeita aos quadros

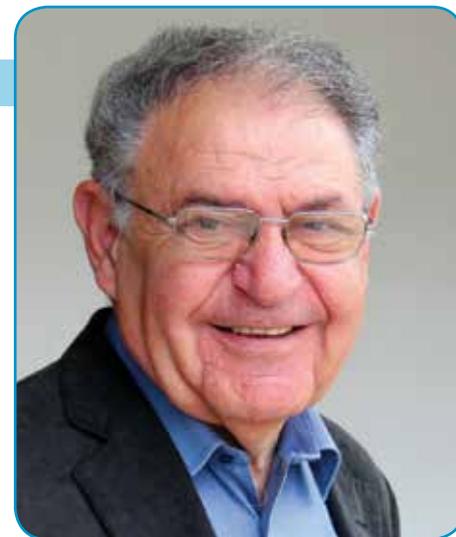
de pessoal e a determinados custos de gestão, sempre no cumprimento das mais elementares regras da qualidade dos serviços prestados e da transparência dos meios utilizados.

Importa ainda impregnar o modelo de cooperação de outro espírito. É equívoca a ideia da tutela do Estado sobre as instituições. O que existe de facto é um acordo entre duas partes que têm uma identidade e autonomia próprias e aceitam ser parceiras para se atingir uma finalidade de interesse comum. Funciona, assim, um dos princípios importantes para uma boa governança que é a subsidiariedade. Em democracia é mesmo um imperativo, na medida em que todos têm a possibilidade de participar na construção do desenvolvimento do país.

Com a transferência de competências para as autarquias acredito que, se todo o processo for bem orientado, desde o início, e tendo em conta os pressupostos referidos, para as IPSS com menores sustentabilidades económicas, a Agenda por um Trabalho Digno não será uma preocupação, mas um desígnio, pois é essa a vontade incontornável dos seus dirigentes. O valor humano que tem de orientar qualquer IPSS é a defesa e o respeito pela dignidade humana. Aqui radica a apologia do trabalho digno.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Financiamento ao Sector Social

1. No dia 3 de maio, em Braga, a Senhora Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social apresentou uma Linha de Financiamento ao Setor Social, com um montante global de cento e vinte milhões de euros. O prazo de vigência é de 6 meses após a abertura da linha, podendo ser prorrogado por iguais períodos por comunicação do Banco Português do Fomento (BPF), caso a mesma não se esgote no primeiro prazo e até 31 de dezembro de 2023. Podem candidatar-se à Linha de Financiamento as Entidades da Economia Social (EES) que sejam Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas sem fins lucrativos. São elegíveis operações destinadas ao financiamento de necessidades de financiamento e de investimento, quer no âmbito da transição ambiental, quer no âmbito da concretização de novos projetos ou de requalificação de equipamentos sociais. O montante máximo de financiamento por cada Entidade da Economia Social ou equiparada é de um milhão e quinhentos mil euros.

Saúda-se a criação desta Linha de Financiamento quando, ao abrigo do PARES ou do PRR, estão projetadas ou em curso importantes obras no âmbito da transição ambiental e da construção ou requalificação de equipamentos sociais.

Porém, convirá ter presente que o crédito não dispensa as amortizações...

2. Apesar de serem importantes tanto a construção de novos equipamentos como a melhoria e a requalificação de outros equipamentos, o mais difícil para as Instituições de Solidariedade são os custos e a gestão da ação social que diária e continuamente desenvolvem. Para a construção e requalificação de equipamentos vão sendo estabelecidos programas de apoio e, muitas vezes, quer as comunidades quer as próprias autarquias se envolvem e apoiam. Todavia, as mais sentidas dificuldades estão na exploração diária...

Apesar de na alínea b) do número 3 da cláusula VII do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social o Estado se comprometer “a assegurar, de forma progressiva e anual, o reforço do valor das comparticipações da segurança social, no âmbito dos acordos de cooperação, de forma a atingir uma repartição equitativa dos custos médios por utente, sem prejuízo das respostas em que se justifica um maior envolvimento do Estado”, atualmente, a viabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade está seriamente ameaçada e constitui um dos grandes desafios com que se confronta a generalidade das



Organizações sem Fins Lucrativos que integram a Economia Social e Solidária, cujas receitas são manifestamente insuficientes para os custos com que se confrontam.

Muito embora o financiamento assegurado pelos acordos de cooperação com o Estado (que deve garantir o direito à proteção social) seja claramente insuficiente, porém ele funciona como uma espécie de “financiamento mínimo garantido”. Os outros financiamentos das Instituições são flutuantes ou conjunturais. Flutuantes e manifestamente insuficientes são as comparticipações familiares porquanto a missão das Instituições Particulares de Solidariedade Social leva-as necessariamente a privilegiar os mais carenciados. Conjunturais e incertas são, também, as doações individuais da comunidade (particulares), as doações de empresas, os subsídios de fundações e os apoios autárquicos. Presentemente, o financiamento público ronda os cerca de 38% dos custos médios das Instituições enquanto as comparticipações familiares não ultrapassam os 33%...

Às dificuldades crónicas já amplamente sentidas, vieram associar-se, nos últimos tempos, consideráveis aumentos de custos e uma inflação que, no Sector Social Solidário, é muito superior à já muito alta taxa de inflação média nacional. Tal poderá tornar mais lento o processamento progressivo da comparticipação equitativa por parte do Estado. Para além de que o referencial para a comparticipação equitativa tem sido estabelecido com base nos custos verificados anteriormente e não tanto nos custos que devem ser perspetivados para o futuro próximo, o que não ajuda a respeitar o trabalho digno nem tem em atenção o significativo peso e aumento das remunerações nos custos das Instituições.

Poder-se-á sonhar com outras fontes de

financiamento das Instituições. Por exemplo, com o desenvolvimento de atividades complementares como fonte de receita; mas, sendo realistas, essa via pode conduzir para a sua empresarialização e levar a que as Instituições de Solidariedade se desviem da sua missão; para além de que, na sua generalidade, elas não têm condições para criar meios alternativos de autofinanciamento. Podendo ser pontualmente considerada, também a fusão de Instituições, não será opção a privilegiar.

3. A Adenda extraordinária de dezembro último antecipou para 2022 o pagamento de significativa parte das atualizações dos acordos e um apoio extraordinário de 2023. Então, ajudou muito a resolver pontualmente problemas de tesouraria. Porém, não resolveu problemas de sustentabilidade das IPSS. Foram antecipações e as dificuldades agudizam-se.

Repete-se: louva-se e é oportuna a Linha de Financiamento do Setor Social. Recorda-se, todavia, que a prioridade das prioridades é a consolidação do que existe, que tem virtude, que funciona no silêncio e na lealdade e que responde às mais diversas situações carecidas de proteção social. Mas o que existe passa por muitas dificuldades de sustentabilidade. E lembra-se novamente que não há crédito com dispensa de amortizações e que as Instituições não gerem recursos para amortizações.

Muito urgentes são novos apoios extraordinários para a sobrevivência do Sector Social e Solidário que é um pilar fundamental do Estado Social. Urgente, também, é a celebração do Compromisso de Cooperação para o biénio 2023-2024: a imprevisibilidade também agrava a insustentabilidade...

PRESIDENTE DA CNIS CONSIDERA QUE A SOLUÇÃO VAI AGRAVAR A SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES QUE SE ENVIDIDAREM

Nova linha de crédito de 120 milhões de euros envolve 16 entidades financeiras

No âmbito da iniciativa Governo +Próximo, o Altice Forum Braga acolheu a cerimónia de contratualização, com 16 entidades financeiras, de uma nova linha de financiamento ao Sector Social Solidário, com uma dotação de 120 milhões de euros, que permite às instituições sociais candidatarem-se a um financiamento máximo de 1,5 milhões de euros, por um prazo de 10 anos extensível até 15.

Segundo a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a nova linha de crédito é criada com o objetivo de apoiar as entidades da Economia Social, tendo em conta o atual contexto social e económico resultante da subida dos custos com a energia.

Gerida pelo Banco Português de Fomento (BPF), a linha prevê prazos de financiamento curtos, médios ou longos, prevendo um máximo de até 10 anos após a contratação, que pode ser estendido até 15 anos, e a possibilidade de carência de capital durante 36 meses.

Representado na cerimónia em Braga pelo tesoureiro da CNIS cônego Roberto Mariz, o padre Lino Maia, em declarações à Lusa, deixou algumas críticas, reclamando uma um apoio extraordinário “muito significativo” e “não reembolsável” para fazer face a “enormes” dificuldades de tesouraria do Sector Social Solidário.

“É preciso fazer mais e não é com uma linha de financiamento que a questão se resolve. As instituições estão com dificuldades enormes de tesouraria. Recorrer a uma linha de financiamento implica que as instituições depois tenham de pagar, e não têm condições para isso. Tem de ser um apoio extraordinário [a fundo perdido] muito significativo para enfrentar a situação”, argumentou o presidente da CNIS, defendendo ainda a necessidade de “maior celeridade” na revisão dos acordos de cooperação.

Recordando que sistematicamente tem sido pedido o reforço das participações do Estado, uma vez que “a proteção social é uma obrigação do Estado”.

“Esta linha de financiamento anunciada pretende responder a estes insistentes pedidos que temos feito, mas, insisto, não responde. Precisamos, de facto, de ser ouvidos. Se fosse apoio extraordinário, não reembolsável, isso já resolveria”, sublinhou, acrescentando: “As instituições podem de facto recorrer a esta linha, mas vão endividar-se e aumentar os problemas (...) é importante que o Estado assuma a sua responsabilidade e participe condignamente”.

Nesta nova linha de crédito, o «spread» bancário máximo oscila entre 1,00% e 1,75%, em função da maturidade do empréstimo, com as entidades a poderem aceder a um máximo de 1,5 milhões de euros de financiamento.

Entre os destinatários desta linha de apoio estão IPSS ou equiparadas, que apresentem uma situação líquida positiva no último



balanço aprovado, ou uma situação regularizada em balanço intercalar até à data da respetiva candidatura.

Para serem elegíveis, as entidades devem ainda ser outorgantes de convenção coletiva de trabalho, “recentemente celebrada e/ou revista, há menos de três anos, ou que se encontre em fase de negociação”, sendo que as operações de crédito se destinam ao financiamento de necessidades de financiamento e de investimento, seja no âmbito da transição ambiental, ou no âmbito da concretização de novos projetos ou de requalificação de equipamentos sociais.

De notar ainda que esta linha de crédito foi anunciada pela ministra Ana Mendes Godinho no final de dezembro de 2022, com a indicação que estaria no terreno até ao final de janeiro de 2023.

Por outro lado, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social anunciou uma majoração de 20% dos projetos, no âmbito do PARES, que estiverem no terreno até

outubro próximo. Até agora a majoração era de 10% para os projetos que estivessem em andamento até junho.

LINHA DE FINANCIAMENTO

Finalidade é apoiar as Entidades da Economia Social (EES), atendendo ao contexto socioeconómico extraordinário resultante do aumento dos custos de energia.

Beneficiários são todas as Entidades da Economia Social (EES) que sejam Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas sem fins lucrativos e certificadas, quando aplicável, localizadas em território nacional, com atividade principal enquadrável.

Operações Elegíveis são todas aquelas destinadas ao financiamento de necessidades de financiamento e de investimento, quer no âmbito da transição ambiental, quer no âmbito da concretização de novos projetos ou de requalificação de equipamentos sociais.

CENTRO SOCIAL DE NOSSA SENHORA DO EXTREMO, VILA POUCA DE AGUIAR

Inviabilidade financeira do lar residencial faz nascer uma nova ERPI

“Nós não existimos para servir gente endinheirada, nós fazemos parte da rede de apoio social aos que mais precisam. E é assim que queremos continuar. No entanto, para que tal aconteça, o Estado tem que ajudar”. Quem o diz é Manuel Borges Machado, presidente do Centro Social de Nossa Senhora do Extremo, concelho de Vila Pouca de Aguiar, em jeito de carta de princípios da instituição que dirige.

A instituição criada em 2003 e sedeadada em Tourencinho, vem desenvolvendo respostas sociais dedicadas à terceira idade, tendo ali uma Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que respondem a 23 e 65 utentes, respetivamente.

Tendo por área prioritária de ação o concelho de Vila Pouca de Aguiar, mas com um olhar um pouco mais vasto, os responsáveis pela instituição decidiram avançar para a construção de um Lar Residencial para pessoas portadoras de deficiência.

“É um processo longo, que vem desde 2018, uma altura em que a instituição se apercebeu da necessidade de um lar residencial para pessoas com deficiência. Havia uma procura muito grande aqui no distrito, apercebemo-nos disso e fizemos um estudo para avaliar do número de pessoas com deficiência no concelho de Vila Pouca de Aguiar e nos concelhos limítrofes. As cujas conclusões davam-nos razão para construir essa resposta social”, começa por dizer Borges Machado.

Vila Real, juntamente com o de Viana do Castelo, é o distrito que tem menos cobertura da resposta social de lar residencial. Perante a realidade, a instituição decidiu avançar a solo – “pelo que fomos elogiados pela Segurança Social, que aprovou e elogiou o projeto, dizendo que não era hábito avançar-se para um projeto destes sem apoios”.

A construção arrancou em 2019, ainda sem PARES 3.0, nem PRR, tendo a instituição contraído um empréstimo bancário de 750 mil euros, para uma obra que ultrapassa 1,6 milhões de euros.

“Concluimos a obra em novembro de 2022, altura em que solicitámos acordo de cooperação para a resposta de lar residencial à Segurança Social... que nem sequer nos respondeu!”.

Pelo meio, e já com a obra em curso, o Centro Social concorre ao PARES, tendo sido preterido, “porque as Contas não tinham sido entregues no ICIP no devido prazo”.

Apesar do recurso hierárquico para a ministra, que até agora não teve resposta, Borges Machado desconfia que o cerne da questão é outro.

“Há aqui uma questão, mas muitas outras instituições também o fizeram. Para avançar com a obra e sem apoio de qualquer programa, para fazer o empréstimo, a instituição teve de hipotecar o terreno e a obra. Mas era a única maneira de avançar! E, depois, há PARES aprovados que estão nesta mesma situação! Aliás, e isto não foi o argumento do indeferimento”, argumenta, explicando



a opção por converter o Lar Residencial em ERPI: “A realidade é que, a partir de janeiro deste ano, tínhamos que começar a pagar o empréstimo e, sem qualquer resposta da Segurança Social para um acordo de cooperação para Lar Residencial, sentimo-nos na obrigação de, apesar de já termos a licença de funcionamento para essa resposta, solicitar a alteração da licença de utilização para uma ERPI. Com essa licença, a Segurança Social fez a mesma alteração e agora é uma ERPI que temos, sabendo nós que o distrito de Vila Real é muito carenciado em lares residenciais”.

O empréstimo pedido há quatro anos, para garantir o financiamento da obra, foi feito num tempo em que os juros estavam a 0% e agora rondam os 3,5%.

“Não estamos com dificuldades, porque temos resultados positivos ao longo dos anos, mas é sempre limitativo para a instituição o pagamento do empréstimo todos os meses. Já investimos mais de 900 mil euros de dinheiros da instituição”, sublinha e lembra: “Esta instituição trabalha a parte social, pelo que não nos interessa ter uma ERPI para ricos. Embora a ERPI tenha condições de qualidade muito acima da média, o nosso objetivo é que ela seja para pessoas humildes, pessoas que precisam disto porque não têm posses para os privados! No entanto, sem acordo de cooperação, não podemos ter cá essas pessoas, mas apenas as que podem pagar”.

Entretanto, ao abrigo da Portaria 38-A, relativa às altas hospitalares, a instituição protocolou 15 vagas no novo equipamento e outras três na unidade mais antiga.

Com a situação da ERPI, batizada de Lar Padre Manuel do Couto, a entrar em velocidade cruzada, o presidente da instituição não deixa de lembrar o



objetivo inicial do novo equipamento.

“Isto era para ser um lar residencial, e estamos tristes por não vir a ser, e toda a envolvente é um enorme espaço verde, onde pensámos criar um jardim sensorial e uma horta pedagógica, mas onde vamos plantar batatas e couves para servir a cozinha da instituição”, lamenta Borges Machado, ressaltando que desta forma servirá para atenuar alguns custos na instituição.

O SAD deve ser a grande resposta à população idosa

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

Matilde Gaspar bate recorde europeu júnior em natação adaptada

A jovem Matilde Gaspar bateu o recorde europeu júnior dos 800 metros livres femininos da classe S21. A jovem atleta, que representa a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), fixou a nova melhor marca (15:47.14) durante o I Troféu Baptista Pereira de Natação Adaptada, realizado em Vila Franca de Xira.

Nesta competição, a nadadora de 16 anos bateu ainda dois recordes nacionais absolutos de natação adaptada, nos 50 e nos 200 metros bruços, sendo que este último já lhe pertencia.

Estes foram os feitos de maior destaque da participação da APCC naquela prova, que se juntaram a um total de 13 medalhas (cinco de ouro, seis de prata e duas de bronze), conquistadas pelos nadadores da instituição. Para

além de Matilde Gaspar, estiveram ainda presentes Bárbara Gomes, Carolina Lourenço, Joel Pereira e Ruben Santos.

O I Troféu Baptista Pereira de Natação Adaptada teve lugar nos dias 29 e 30 de abril, na Piscina Municipal de Vila Franca de Xira. Estiveram presentes 89 atletas (65 masculinos e 24 femininos), em representação de 16 clubes e instituições de todo o país.

A natação é um dos desportos desenvolvidos no âmbito da atividade do Departamento de Educação Física e Desporto da APCC, tanto na vertente competitiva (com vários atletas a representarem regularmente a instituição em provas de âmbito nacional e regional), como de adaptação ao meio aquático, aprendizagem, manutenção e treino.



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

Novos órgãos sociais querem “assegurar a sustentabilidade” através de uma “gestão eficaz”

A 19 de abril realizaram-se as eleições e a tomada de posse dos novos órgãos sociais da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL).

Em dia de tomada de posse ficou o compromisso da nova equipa de “continuar a missão de fazer mais e melhor pelas pessoas com deficiência”.

Os novos órgãos sociais da APCL para o mandato 2023/2026 são liderados por José Manuel Antelo, na Mesa Assembleia Geral, John Michael Antunes, no Conselho Fiscal, e Orlando Castro e Borges, na Direção.

Como principais objetivos para o mandato



agora iniciado, os responsáveis da APCL destacam o “assegurar da sustentabilidade, garantindo a gestão eficaz e eficiente dos recursos disponíveis”, sendo que em paralelo pretendem continuar com a “valorização do património [...], procurando soluções que permitam a utilização plena das infraestruturas existentes”.

A qualificação dos recursos humanos e o desenvolvimento de “novos projetos que potenciem as capacidades dos utentes e permitam a aproximação a outras pessoas não institucionalizadas” foram outros dos objetivos enunciados pela nova equipa dirigente.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DE PARALISIA CEREBRAL

Programa “MEOS” distribuiu mais de 285 mil euros a instituições de todo o país

No passado dia 20 de abril, a Altice Portugal, em Lisboa, acolheu a cerimónia de atribuição de donativos resultantes do Programa MEOS. No total foram entregues mais de 285 mil euros a um diversificado conjunto de associações, federações e IPSS. No total foram 14 as instituições abrangidas, entre elas a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC).

Ao todo, durante a edição de 2022, foram angariados mais de 285 mil euros, o maior valor anual desde o início da iniciativa da empresa portuguesa.

Ana Figueiredo, presidente executiva da Altice Portugal, sublinhou “a grande satisfação” que é “celebrar a generosidade dos nossos clientes e o crescimento do programa MEOS, que ano após ano tem vindo a destacar-se sempre em prol de um bem comum: ajudar o próximo”.

Destacando que a iniciativa reforça o compromisso da Altice Portugal “em potenciar uma

sociedade mais humana e mais inclusiva”, Ana Figueiredo deixou uma palavra de agradecimento às instituições parceiras: “Continuam ao nosso lado, num claro voto de confiança na marca MEO e naquilo que este projeto se traduz”.

Para Rui Coimbras, presidente da FAPPC, este apoio, “mesmo que singelo”, traduz “uma muito importante atitude de responsabilidade social por parte da Altice e dos clientes MEO, possibilitando que, de forma planeada e ponderada, a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral venha a estudar, estabelecer e criar novas formas de comunicação para as pessoas que, neste caso muito específico, apresentam vários tipos de limitações no acesso a uma comunicação plena e efetiva”.

A componente de intervenção social do programa MEOS traduz-se em 17 anos de história e em mais de dois milhões de euros doados a



instituições sociais, parceiras da Altice Portugal. O programa de benefícios do MEO permite que todos os euros gastos se convertam em “MEOS”, que ficam disponíveis para trocar por um conjunto alargado de produtos, serviços, experiências e, neste caso, donativos que revertem a favor de causas de responsabilidade social empenhadas em ajudar pessoas em Portugal e no mundo.

UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DO ALGARVE

Os dirigentes das IPSS têm de ser mais participativos no apoio à União

O SOLIDARIEDADE enceta nesta edição de maio 2023 um périplo por Portugal, visitando todos os distritos, em concreto as Uniões distritais ou regionais, a que se juntará igualmente o trio de Federações, que integram a CNIS, como algumas das suas associadas, no sentido de fazer um pequeno retrato do trabalho das IPSS, das Uniões Distritais e da CNIS em todo o país, no cumprimento da sua missão que é, no limite, o serviço aos mais desfavorecidos.

A digressão inicia-se no Algarve, uma região que apresenta algumas particularidades. Aliás, desde há muitos séculos que o Algarve tem uma situação particular no país. Por alguma razão até à proclamação da República, em 1910, foi considerado o segundo reino da coroa de Portugal: o reino do Algarve, um reino de direito separado de Portugal, ainda que de facto não dispusesse de instituições, foros ou privilégios próprios, nem sequer autonomia.

Para as gerações contemporâneas, o Algarve é sinónimo de calor, águas calmas e tépidas, de turismo, de estrangeiros e de sazonalidade.

Também no que concerne à proteção social estas características influenciam as IPSS que dão resposta social às populações de todo o Algarve.

“O Algarve tem uma particularidade que é a sazonalidade do emprego. Como em mais nenhum sítio do país, durante um período as pessoas metem baixa para irem trabalhar para um restaurante ou para a hotelaria, o que provoca um grande absentismo nas instituições e isso levanta-lhes um enorme problema. Por outro lado, dentro dessa sazonalidade, há um outro ponto negativo, que é, durante o período em que as pessoas estão no desemprego e têm as crianças ou os idosos nas instituições, diminuem as participações familiares. Ou seja, existe aqui um ciclo económico no Algarve que é particular e que não acontece em mais nenhuma zona do país”, afirma José Carreiro, presidente da URIPSSA.

De momento há 120 as IPSS sedeadas no distrito/região mais a sul de Portugal, 95 das quais associadas da União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social (URIPSSA), cujos órgãos sociais para o mandato 2013-2026 já tomaram posse e a Direção volta a ser presidida por José Carreiro.

SOLIDARIEDADE - No seu discurso de tomada de posse, chamou a atenção para determinados assuntos, dirigindo-se especificamente às IPSS associadas e à CNIS. Nas palavras que dirigiu às IPSS associadas pediu mais colaboração. O que quis dizer?

JOSÉ CARREIRO - Quis chamar a atenção das Direções das instituições que a CNIS e a União Regional só funcionam se tiverem um grande apoio e colaboração das instituições. Elas deverão colaborar e responder a tudo



aquilo que a CNIS e a URIPSSA lhes solicitam. Muitas vezes, as Direções não estão presentes, mas apenas os diretores-técnicos. Há muitas matérias que devem ser os dirigentes a participar e a contribuir. Quis chamar a atenção para isso porque se verifica pouca participação dos elementos das Direções das instituições nas reuniões, sendo normalmente representadas por pessoal que é nomeado, caso dos diretores-técnicos.

Mas sente que faz falta uma maior participação dos dirigentes no relacionamento com a CNIS e a URIPSSA?

O dirigente que é eleito tem responsabilidades diferentes dentro da instituição e tem responsabilidades que só a eles compete e não, por exemplo, aos diretores-técnicos. Dirigir uma instituição envolve dirigir o seu funcionamento, dirigi-la politicamente e também dar apoio à União, para que esta possa sentir essa força e ter uma maior representatividade junto das instâncias com que se relaciona.

Já nas palavras que dirigiu diretamente à CNIS, pediu eficácia nas negociações e maior apoio às propostas feitas?

Sim, porque parece que, ultimamente, se tem verificado algum afastamento da CNIS. Por exemplo, foram negociados vários documentos com o Estado e nas Uniões só tivemos conhecimento deles depois de divulgados pela Comunicação Social. Não era assim antigamente. Cheguei a fazer viagens para Fátima quando a CNIS pretendia ouvir as Uniões antes das negociações, até mesmo da contratação coletiva.

Isso agora não acontece. E quis referir também que a União do Algarve gostava que tudo aquilo que é discutido e proposto em Conselho Geral não ficasse apenas ali. A CNIS deve agarrar nas propostas das Uniões que são viáveis e levá-las até às negociações com o Estado.

Mas considera que a comunicação e a interação da CNIS e, concretamente, a União do Algarve tem problemas?

Não temos problemas com isso, mas reconheço que as coisas estão diferentes para pior. Estou há muito tempo neste cargo para saber que dantes era diferente. Já tivemos mais confortáveis no seio da CNIS, concretamente no Conselho Geral, do que estamos agora. O que acho é que há uma menor participação da CNIS nas Uniões.

E como pensa que essa situação pode ser ultrapassada?

Pode ser ultrapassada desde que a CNIS peça maior participação das Uniões naquilo que está a negociar com o Estado. Por exemplo, a CNIS vai ser parceira na negociação do novo Estatuto das IPSS, mas ainda não se falou nada disto com as Uniões. Li esta informação nas Notícias à Sexta, mas a CNIS ainda não perguntou às Uniões o que elas pensam disto... e já lá vão dois meses! No Algarve, já pensámos nisso e estamos a considerar fazer uma videoconferência para saber o que é que as instituições gostavam de ver nesse novo Estatuto. Mesmo sem nos pedirem, nós iremos participar. Como agora sou membro da Comissão Permanente do Conselho Geral, estou a pensar fazer a mesma



coisa com as Uniões de Portalegre, Beja e Évora, que represento nesse fórum. Há muitas coisas importantes neste Estatuto que têm que ser bem vistas.

E que situações já identificou que devem ser revistas no novo Estatuto?

Por exemplo, a limitação de mandatos, também a contratação pública, a que as instituições estão obrigadas a partir dos 25 mil euros, e é algo que colide com o princípio de autonomia das instituições. Estas são duas situações, entre outras.

Como vê a questão do apoio financeiro do Estado às Uniões, necessário, mas que ainda não existe?

A CNIS deveria negociar, como negocia o financiamento para ela, também um apoio para as Uniões. Até porque já o fazia antes de 2015.

Que diferença faria se as Uniões tivessem esse apoio?

Haveria um maior desafogo na gestão do dia-a-dia. Estamos a gerir um orçamento de 40 mil euros e poderíamos gerir um de 80 mil, com a possibilidade de oferecer mais serviços às instituições. Poderíamos oferecer mais formação às pessoas, sem ter que pedir dinheiro às instituições, ou seja, poderia ser de borla. Há muita coisa que as Uniões proporcionam às instituições e que acabam por ser financiadas por estas, quando devia ser o Estado a fazê-lo. No ano passado, fizemos formação no valor de 10 mil euros, alguma foi oferecida, mas outra houve que foi comparticipada pelas instituições.

E como é a relação das IPSS associadas com a União?

As instituições recorrem sempre à União quando têm problemas e isso vê-se pela quantidade de e-mails que todos os dias recebo. Sabem que podem contar conosco e recorrem a nós sempre que possível.

E quais são os principais assuntos que as instituições colocam à União?

Têm, invariavelmente, que ver com os recursos humanos.

O que tem feito a URIPSSA para chegar às IPSS que ainda não são associadas?

Ultimamente não temos feito muitas visitas às instituições, mas sempre que há reuniões convidamos todas, mesmo as que não são associadas. Depois, há muitas instituições que são tão pequeninas que acham que não precisam de apoio da União, o que é um erro.

Em termos de respostas sociais, qual é a maior necessidade no Algarve?

De momento, são as ERPI e os lares residenciais. De alguma forma, também há necessidade de creches. Por outro lado, as Câmaras Municipais têm aberto muitos jardins de infância, mas esta resposta por parte das IPSS faz sempre falta. O público não consegue dar a resposta que as instituições dão, sendo que os pais preferem colocar as crianças nas IPSS.

De uma forma geral, como é a relação das autarquias com as instituições?

Há Câmaras que pagam muita coisa, mas outras nem por isso. Aqui no Algarve, e não vou referir nomes, há municípios que apoiam muito as instituições, mas há outros que não é assim. Digamos que um terço das autarquias apoia muito, outro terço mais ou menos e, depois, há um terço que não apoia quase nada.

Como tem sido o processo de transferência de competências para as autarquias aqui no Algarve?

Houve Câmaras que aceitaram logo de início e outras apenas agora em abril. Penso que aceitaram pela força da lei, porque isto é algo desconhecido para eles. Na maioria dos casos fizeram protocolos com as IPSS, mas algumas já avisaram que vão abrir concurso posteriormente. Nestes casos, os funcionários das IPSS terão

que concorrer como qualquer outra pessoa, que até não esteja por dentro do assunto, algo que a CNIS não acautelou. Quando foi feita a lei, devia-se ter acautelado a integração do pessoal, porque agora as Câmaras para absorverem esses técnicos têm que abrir concurso e qualquer pessoa pode concorrer. E se esses funcionários das IPSS não ficarem com os cargos, lá terão as instituições que os indemnizar.

Qual é o maior obstáculo à ação da União?

Penso que é a falta de vontade das pessoas, as mesmas de que falei no princípio, ou seja, os dirigentes das instituições. Depois, há também um preconceito com o sector. No Congresso de Viseu toda a gente se manifestou quanto ao papel das instituições junto do país e da sua autonomia que não é respeitada. E esse é o maior obstáculo que hoje há, ou seja, a intromissão abusiva do Estado e as obrigações que são aplicadas às instituições. A falta de dinheiro não é tudo, mas é, essencialmente, esta intromissão do Estado. O Congresso de Viseu foi claro, com dois dias a bater na mesma tecla, com unanimidade, a não ser Vieira da Silva, e a voz de quem esteve no Congresso com toda a gente a pôr o dedo na ferida, ou seja, o desrespeito pela autonomia das instituições.

E como olha este novo mandato, com esta nova equipa?

A Direção mantém-se quase igual, mas há uma grande vontade de todos os elementos em lutar pela defesa das instituições, em especial, nesta matéria da autonomia e da identidade. Queremos lutar pela profissionalização do pessoal que tem contrato com as instituições, que é muito importante. A CNIS devia agarrar este objetivo, porque é quem tem capacidade para organizar formações a nível nacional. Muitas vezes, quando acontece algum problema nas IPSS, a Comunicação Social dá logo nota e, invariavelmente, colocam a culpa no pessoal não formado. Uma pessoa entra hoje numa instituição e nesse dia começa a fazer tudo. Devia haver um período de formação, não só para aprender as tarefas que terá que desempenhar, mas também para perceber o que é uma IPSS e que tipo de trabalho ali se faz. A profissionalização tem que ver também com a sustentabilidade e o Compromisso de Cooperação devia ser todo revisto com base nisto. Se estamos a formar pessoal e se queremos que ele seja mais responsável, tem de ser melhor pago. O estudo apresentado há dias pelo doutor Américo Mendes demonstra bem isso e bastava pegar no estudo e negociar com o Estado. Sou contra andarmos a mendigar 3% agora e depois mais 2%... Isto é pedir esmola. Nós sabemos quanto os serviços custam, temos de negociar nessa base com o Estado e ver o que ele pode pagar e consoante isso as famílias terão que pagar o resto. O Estado paga 10, a família 90, o Estado paga 40, a família 60. Devia ser assim, porque, na forma atual, a sustentabilidade das instituições está sempre em causa. Por exemplo, as candidaturas para a compensação das educadoras, este ano, ainda não abriram! Como podem as instituições aguentar tudo?

CENTRO DE APOIO SOCIAL DE PORCHES, LAGOA

Instituição aposta numa nova ERPI para 80 utentes para gerar sustentabilidade financeira

O Centro de Apoio Social de Porches (CASP) surgiu em 2009 como Centro de Noite, para 13 utentes, uma realidade que um par de anos depois se alterou, face às necessidades.

“Verificou-se que as pessoas não precisavam só de apoio à noite”, afirma Salvador da Silva, vice-presidente da instituição, acrescentando: “Então, passados uns dois anos da criação da instituição, entre 2011 e 2012, resolveu-se passar isto a lar”.

Construído de raiz para Centro de Noite e Creche, com uma candidatura ao Fundo de Desenvolvimento Social, a conversão em Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) deu-se pela constatação da, cada vez maior, dependência dos utentes.

“A necessidade da conversão surgiu porque, quando se criou o Centro de Noite, as pessoas eram autónomas e vinham pernoitar, por causa da solidão, do isolamento, do conforto. Entretanto, as pessoas começaram a ficar mais dependentes e todo o processo de inscrição e admissão noutra lar era muito difícil, ficando as pessoas desprotegidas”, sustenta a diretora-técnica Cláudia Mestre, que acrescenta: “Então, a Direção tomou a iniciativa de pedir a conversão da resposta social em ERPI, porque era a mais adequada, uma vez que se trata de uma freguesia envelhecida”.

Com a conversão em ERPI, a capacidade do equipamento também cresceu, mas outros problemas surgiram.

“Os 13 utentes passaram para lar e em 2014 metemos um projeto de aumento de capacidade para 20. Essa transformação não alterou o edifício, foi apenas uma requalificação interior pelo aproveitamento de espaço. Foi tudo aprovado, vistoriado, mas para termos o sim da Segurança Social, começaram sucessivamente a pedir coisas... E temos andado assim desde 2015 com ‘agora falta isto, agora falta aquilo? E não saímos disto”, lamenta Salvador da Silva.

Estando tudo bem, a instituição poderá candidatar as sete vagas que faltam ao Procoop.

“Neste momento, já temos parecer favorável, mas tivemos que fazer as obras, estando agora à espera de nova vistoria”, conta Maria Inês Correia, presidente do CASP.

Com resposta de creche desde a sua criação, a presidente da Direção vê com bons olhos a medida de gratuidade.

“Nesta comunidade, cuja população é muito desfavorecida, as nossas crianças pagam tão pouco para frequentar a creche, que a gratuidade da creche é-nos favorável. A maior parte dos pais das nossas crianças tem rendimentos muito baixos, devemos ter dois ou três que pagam a mensalidade mais alta, por isso, quando começarmos a beneficiar da medida, vai ser favorável para a instituição. A creche a nós não acrescenta nada, aliás dá sempre prejuízo”, refere Maria Inês Correia, ao que o seu «vice» acrescenta: “Os valores que os pais das crianças pagam é muito baixo e os custos com



o pessoal são muito elevados”.

Em creche, a instituição tem 23 crianças, a que se juntam 17 do Pré-escolar... que não está coberto por acordo de cooperação.

“A instituição tem jardim de infância, mas é privado, porque a Segurança Social não faz acordo de cooperação”, frisa a presidente do CASP.

A instituição está em processo de regularização, estando pendente do projeto de acessibilidades, para avançar para o Procoop.

Tudo isto acarreta problemas e preocupações para a instituição e os custos são elevadíssimos.

“Basta fazer contas de mercearia. Se temos 20 utentes que pagam, quase todos, mil euros cada, temos um rendimento de cerca de 23 mil euros, se os gastos só com pessoal são cerca de 37 mil euros! Depois, a Segurança Social costuma dar-nos 14 mil euros dos quais 10 mil são devolvidos ao Estado em impostos... Falta-nos sempre dinheiro. A instituição subsiste porque a Câmara de Lagoa ajuda. Sempre que vamos pedir qualquer coisa à Segurança Social a resposta é sempre a mesma: ‘É pequeno de mais, pensem em fazer uma coisa maior’. Se tivéssemos os 20 utentes em acordo já equilibrava as coisas um pouco mais. E com este quadro de pessoal poderíamos chegar aos 25 utentes”.

E como «small is beautiful», mas não é

sustentável, o CASP já deu entrada com um projeto na Câmara Municipal para a construção de uma nova ERPI, num terreno propriedade da instituição, a poucos metros das atuais instalações, com capacidade para 80 utentes.

“Pode parecer que 80 vagas é muito, mas a necessidade hoje em dia justifica uma obra deste tamanho, basta ver que temos uma lista de espera com 250 nomes”, indica Cláudia Mestre.

Apesar das dificuldades financeiras, das constantes e («curiosas») exigências da Segurança Social e da falta de acordos de cooperação, a presidente da instituição releva a qualidade do serviço prestado.

“É uma casa onde os utentes vivem bem e nós tentamos dar-lhes o máximo de carinho e de conforto para que possam viver o melhor possível a fase final das suas vidas. O que nos preocupa muito é proporcionar as melhores condições aos nossos utentes. Foi muito difícil estes últimos anos, principalmente por causa da Covid, porque as pessoas sentiam-se muito presas. Porém, tentámos sempre que se sentissem o melhor possível”, afirma Maria Inês Correia, sublinhando que a média de idades dos 20 utentes em lar é superior a 90 anos.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

AGENDA DO TRABALHO DIGNO

Alterações à lei laboral entram em vigor

As alterações à lei laboral, previstas na Agenda do Trabalho Digno, entraram em vigor, no Dia do Trabalhador, após uma longa discussão no parlamento e sem que o diploma tenha obtido acordo na Concertação Social.

A legislação foi publicada em Diário da República em 03 de abril, após ter sido aprovada no parlamento em 10 de fevereiro em votação final global, com os votos favoráveis apenas do PS, a abstenção do PSD, Chega, PAN e Livre e votos contra do BE, PCP e IL.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, promulgou o decreto-lei em 22 de março, mas manifestou dúvidas quanto aos efeitos de algumas soluções que, segundo considerou, “podem porventura vir a ter, no mercado de trabalho, um efeito contrário ao alegadamente pretendido”.

As confederações patronais apontam inconstitucionalidades ao diploma, enquanto as centrais sindicais consideram que as medidas são insuficientes para garantir os direitos dos trabalhadores.

Segundo o Governo, a Agenda do Trabalho Digno assenta no combate à precariedade, na valorização dos jovens no mercado de trabalho, na promoção da conciliação entre a vida

profissional, pessoal e familiar e na dinamização da negociação coletiva.

AUTODECLARAÇÃO DE BAIXAS

As baixas até três dias podem agora ser passadas pelo serviço digital do Serviço Nacional de Saúde (SNS24), mediante autodeclaração de doença, com limite de duas por ano.

“A prova da situação de doença do trabalhador é feita por declaração de estabelecimento hospitalar, ou centro de saúde, ou serviço digital do Serviço Nacional de Saúde, ou serviço digital dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas, ou ainda por atestado médico”, define a lei laboral.

A declaração “é feita mediante autodeclaração de doença, sob compromisso de honra, que apenas pode ser emitida quando a situação de doença do trabalhador não exceder os três dias consecutivos, até ao limite de duas vezes por ano”.

Segundo fonte oficial do Ministério do Trabalho, a regulamentação prevê que os três dias de baixa pelo SNS24 contem para efeitos de pagamento do subsídio nos casos em que a baixa for prolongada, uma vez que estas prestações só são pagas pela Segurança Social a

partir do 3.º dia de falta ao trabalho.

Ou seja, o prazo para começar a receber o subsídio de doença “começa a contar a partir do dia em que a baixa é pedida através do SNS24” e não a partir do momento em que a pessoa vai ao médico pedir o prolongamento da baixa, indicou a mesma fonte.

LICENÇA PARENTAL DO PAI

A licença parental obrigatória do pai passa dos atuais 20 dias úteis para 28 dias seguidos ou interpolados o que, segundo alguns advogados, pode resultar, nalguns casos, em menos dias de licença.

“É obrigatório o gozo pelo pai de uma licença parental de 28 dias, seguidos ou interpolados, nos 42 dias seguintes ao nascimento da criança, cinco dos quais gozados de modo consecutivo imediatamente a seguir a este”, estabelece a norma.

O valor do subsídio parental aumenta de 83% para 90% da remuneração de referência, desde que o pai goze pelo menos 60 dias dos 180 do total da licença.

As licenças parentais a tempo parcial, aprovadas em Conselho de Ministros, serão pagas pela metade do seu valor e irão acumular com 50%





TODOS JUNTOS
para um presente e um futuro das
crianças ainda mais risonho.



Pais ainda + informados
Educadores ainda + próximos
Creches ainda + eficientes

esocial.f3m.pt



NOVO LIVRO
da Editora Paleta de Letras,
em parceria com a F3M



O nosso esquilo brilhante e cheio de estilo
convida-te a fazeres parte da sua aventura!
Contamos contigo?



Acompanha a página
MUNDO DA INFÂNCIA
já disponível nas redes sociais.



do salário, explicou fonte oficial do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A medida foi aprovada em Conselho de Ministros, no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, que prevê a possibilidade de gozo da licença em regime de tempo parcial, após os primeiros 120 dias, alargando o acompanhamento dos filhos durante o primeiro ano de vida.

As licenças a tempo parcial serão pagas pela Segurança Social em “metade do valor do subsídio que é pago em cada caso”, acumulando com metade do salário pago pela empresa.

Por exemplo, no caso de uma licença parental de 180 dias, em que o pai goza pelo menos 60 dias e em que o subsídio é de 90% da remuneração de referência, o trabalhador ou trabalhadora terá direito a receber 45% do subsídio, se optar pela licença a tempo parcial.

Estes 45% do valor do subsídio parental pagos pela Segurança Social acumulam com 50% do salário, pago pela entidade empregadora.

“Não há perda de dinheiro” para quem optar por esta medida, disse a fonte do gabinete do Ministério do Trabalho.

Aliás, em termos globais, acrescentou, haverá situações em que os trabalhadores ficam a ganhar mais, uma vez que o subsídio de parentalidade corresponde ao valor bruto (sem impostos e contribuições) da remuneração de referência.

As licenças parentais a tempo parcial podem ainda aplicar-se aos trabalhadores em teletrabalho, indicou a mesma fonte.

DESPEDIMENTO

O valor das compensações por despedimento coletivo e por extinção de posto de trabalho vai passar dos atuais 12 dias de retribuição base e diuturnidades por ano para 14 dias por ano, com a nova legislação.

O aumento das compensações irá aplicar-se apenas nos contratos que forem celebrados a partir da entrada em vigor da lei, sem efeitos retroativos.

No caso dos contratos a termo, o valor da compensação passa a ser de 24 dias (em vez de 18 dias) de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de trabalho.

TELETRABALHO

O direito ao teletrabalho é alargado a pais com filhos com deficiência, doença crónica ou doença

oncológica, independentemente da idade.

Segundo o novo artigo 166-A do Código do Trabalho, “o trabalhador com filho com idade até três anos ou, independentemente da idade, com deficiência, doença crónica ou doença oncológica que com ele viva em comunhão de mesa e habitação, tem direito a exercer a atividade em regime de teletrabalho, quando este seja compatível com a atividade desempenhada e o empregador disponha de recursos e meios para o efeito”.

O diploma passou a prever a fixação do valor das despesas adicionais nos contratos para prestação de teletrabalho. “O contrato individual de trabalho e o contrato coletivo de trabalho devem fixar na celebração do acordo para prestação de teletrabalho o valor da compensação devida ao trabalhador pelas despesas adicionais”, define a lei. O limite de isenção fiscal e contributivo das despesas em teletrabalho ficou por definir por portaria do Governo.

HORAS EXTRA

O valor das horas extraordinárias a partir das 100 horas anuais passa de 25% para 50% na primeira hora ou fração desta, de 37,5% para 75% por hora ou fração subsequente, em dia útil, e de 50% para 100% por cada hora ou fração, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou em feriado.

Esta norma entra em vigor, mas as associações patronais e sindicais têm um período transitório, até 01 de janeiro de 2024, para alterarem as convenções coletivas.

OUTSOURCING

As empresas ficam impedidas de recorrer a outsourcing (contratação externa) nos 12 meses seguintes a terem feito despedimentos coletivos ou despedimentos por extinção de posto de trabalho.

“Não é permitido recorrer à aquisição de serviços externos a entidade terceira para satisfação de necessidades que foram asseguradas por trabalhador cujo contrato tenha cessado nos 12 meses anteriores por despedimento coletivo ou despedimento por extinção de posto de trabalho”, estabelece a lei.

CRÉDITOS SALARIAIS

Com a entrada em vigor da legislação, a possibilidade de os trabalhadores renunciarem

a créditos salariais no fim do contrato só será possível por meio de transação judicial.

O crédito, que prescreve decorrido um ano após a cessação do contrato de trabalho, “não é suscetível de extinção por meio de remissão abdicativa, salvo através de transação judicial”, estabelece a nova regra.

FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

As empresas deixam de descontar mensalmente cerca de 1% sobre os salários dos trabalhadores contratados desde 2013 para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), fundo criado nessa altura para pagar parte das indemnizações por despedimento.

O FCT conta com mais de 600 milhões de euros acumulados e a forma de mobilização desta verba ainda está a ser discutida na Concertação Social, tendo como destino formação e apoio à habitação.

CONTRATOS TEMPORÁRIOS

Com a entrada em vigor da lei, o número máximo de renovações dos contratos de trabalho temporário a termo certo passa das atuais seis para quatro.

A lei prevê ainda que, ao fim de quatro anos de cedências temporárias pelas empresas de trabalho temporário ou outra do mesmo grupo, estas empresas são obrigadas a integrar os trabalhadores nos quadros.

PLATAFORMAS DIGITAIS

As alterações laborais prevêem a presunção de contrato de trabalho entre os operadores e as plataformas digitais, como a Uber ou a Glovo, que irá aplicar-se ao setor do transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE).

A existência de contrato de trabalho presume-se “quando, na relação entre o prestador de atividade e a plataforma digital se verificarem algumas” características, deixando de ficar exposto a referência aos operadores intermédios.

Porém, a lei define que “a plataforma digital pode, igualmente, invocar que a atividade é prestada perante pessoa singular ou coletiva que atue como intermediário da plataforma digital” e nestas situações aplica-se a presunção de contrato “cabendo ao tribunal determinar quem é a entidade empregadora”.

TRABALHO NÃO DECLARADO

A lei prevê a criminalização dos empregadores que não declarem a admissão de trabalhadores à Segurança Social nos seis meses seguintes ao início do contrato, podendo esta norma incluir o trabalho doméstico.

Em causa está um artigo que será incluído no Regime Geral das Infracções Tributárias onde se prevê que “as entidades empregadoras que não comuniquem à Segurança Social a admissão de trabalhadores nos termos previstos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 29.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (...), no prazo de seis meses subsequentes ao termo do prazo legalmente previsto, são punidas com as penas previstas no n.º 1 do artigo 105.º”.

Ou seja, estas empresas podem ser condenadas a pena de prisão até três anos ou multa até 360 dias.

CRECHE FAMILIAR

CNIS à espera de orientações do governo p

A CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - continua a diligenciar junto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para que sejam dadas orientações relativas à aplicação prática da Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, assinada em dezembro de 2022, no que se refere, concretamente, à “promoção da respetiva valorização salarial das amas enquadradas na creche familiar.”

A Cláusula VI da Adenda, relativa à Creche Familiar, estabelece uma possibilidade de opção, pelas IPSS titulares dessa resposta social, de manutenção dos contratos de prestação de serviços ou de os converter em contratos de trabalho, pressupondo a adesão voluntária das instituições interessadas.

As recentes alterações do Código de Trabalho podem permitir a interpretação de considerar o atual estatuto laboral das amas abrangido na regulamentação coletiva de trabalho em vigor no Sector Social Solidário. As amas das creches familiares reclamam desde janeiro a atualização salarial, exigindo a aplicação direta do texto da Adenda e culpando a CNIS por ter dado instruções às IPSS para aguardarem esclarecimentos relativos à sua aplicabilidade.

Lino Maia, o presidente da CNIS, assume que aguarda as necessárias orientações do governo: “É só uma questão de haver ou não haver orientações que foram pedidas ao governo para cumprir aquilo que foi concertado em Adenda. Eu assinei a Adenda, está assinada e é para cumprir. Agora, é um facto que aquilo que foi assinado, primeiro, leva a alguma confusão porque endossa para contratação coletiva a questão dos contratos com as amas, mas sem um *timing* definido, o que leva a um adiamento *sine die*. Por outro lado, endossando para a contratação coletiva, pondo as amas com contrato de trabalho, cria situações que pura e simplesmente não são possíveis. Não é viável cumprirem turnos de 11 horas por dia e fazerem 55 horas de trabalho por semana. E também há outro problema: aquilo que as IPSS recebem para a gestão da creche familiar não é de facto um apoio suficiente. As instituições teriam um grave prejuízo com a manutenção das creches e levaria necessariamente ao seu encerramento e à dispensa das amas.”

De facto, os efeitos seriam devastadores para a sustentabilidade das IPSS que desenvolvem essa resposta social. Basta considerar que nos atuais contratos de prestação de serviços não há obrigação legal de pagamento de subsídio de férias e de Natal nem TSU de 23%. Será diferente caso sejam considerados como contratos de trabalho. “A proposta de que as instituições aguardassem orientações foi para impedir o encerramento das creches familiares. Se assim não fosse muitas IPSS não teriam outra solução a não ser encerrar as creches. Tanto quanto sei, apenas a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que é estatal e tem outros financiamentos, é que

aplicou o que está previsto na Adenda”, explica Lino Maia, presidente da CNIS, adiantando que “há um outro aspeto que tenho sublinhado: celebrando os contratos de trabalho com as amas e aplicando os valores que foram estabelecidos na Adenda, nós passaríamos a ter pessoas nas estruturas das IPSS com habilitação superior a ganhar menos do que as amas. Ao argumento de que o que interessa é resolver a questão eu contraponho que tem de haver enquadramento justo para evitar turbulência nas instituições.”

Desde que a Adenda foi assinada a questão ficou a pairar, aguardando esclarecimentos por parte do governo. Lino Maia sempre chamou a atenção para a necessidade de se adequar o texto à sua aplicabilidade: “Quinze dias após a assinatura em meados de dezembro de 2022 da Adenda, a CNIS pediu ao governo orientações para cumprir o que ficou escrito. Essas orientações não vieram. No final de janeiro houve uma reunião inconclusiva, porque da parte do governo não foi prestada a devida atenção ao pedido de orientações, e depois foi adiando. Ainda não há respostas concretas, espero que nos próximos tempos isso venha a acontecer. O que queremos saber é simples: como é possível celebrar contratos de trabalho com as amas, cumprindo a legislação? Lembro, ao abrigo da Agenda para o Trabalho Digno e Código do Trabalho, que nenhum trabalhador pode fazer 55 horas por semana. E ainda que haja um financiamento compatível por parte do Estado que permita às IPSS manter as creches familiares. Convém ter em conta que para além da remuneração das amas há outras despesas nesta resposta social: a alimentação, o transporte e a coordenação. Aquilo que o Estado transfere não é suficiente e, obviamente, tem de assumir as suas responsabilidades.”

A CNIS, já por diversas vezes, solicitou formalmente a modificação da Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário. A última diligência foi a feita a reboque da Lei n.º 13/2023, que altera o Código de Trabalho no âmbito da Agenda do Trabalho Digno e que entrou em vigor no dia 1 de maio de 2023, reiterando ser impossível proceder à valorização remuneratória das amas sem o prévio esclarecimento por parte do governo.

A secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, criou a expectativa de que a situação seria resolvida no findo mês de abril, mas até agora não houve encontros específicos com vista a encontrar soluções. “Da parte da secretaria de Estado houve a promessa de que o problema estaria resolvido até ao final do mês de abril. Não aconteceu. Eu sei que agora a secretária de Estado da Inclusão está a dominar a matéria e conhece a turbulência que esta situação pode provocar. Está ciente disso. Eu espero que durante este mês de maio possamos chegar a ter orientações e acertar transferências do Estado para que as IPSS possam manter as creches familiares”, esclarece Lino Maia, reiterando a vontade de assumir os compromissos assumidos: “Eu repito: eu assinei a Adenda e assumo que



que assinei, apesar das circunstâncias que me vou abster de revelar. O que está assinado diz que a remuneração das amas já seria para aplicar em janeiro. Ora, quando houver orientações e financiamento adequado certamente que as IPSS serão informadas no sentido de receberem com retroativos.”

No universo das Instituições de Solidariedade que são associadas da CNIS há cerca de seis dezenas com contratos de cooperação na resposta Creche Familiar. O número total de amas que estão ao serviço de IPSS deve rondar a centena.

O governo atribui uma comparticipação às Instituições, por cada ama que acolha 4 crianças, no valor de 1.682 euros que é paga 12 vezes por ano. Nessas circunstâncias, cada ama tem direito a uma remuneração de 1.178 euros. Com os 504 euros sobejantes as IPSS têm de pagar o funcionamento da resposta (transporte, alimentação, coordenação, impostos...). Se os contratos de prestação de serviços das amas forem convertidos em regime de contrato de trabalho, como o Governo propõe, a remuneração de 1.178 euros terá que ser paga 14 vezes por ano.

Para atualizar condições salariais das Amas



Lino Maia socorre-se de um parecer técnico interno para fazer a prova da impossibilidade de aplicar a Adenda de forma linear e direta: “Como o MTSSS bem sabe, até porque constitui receita do Orçamento da Segurança Social, que sobre esses 14 pagamentos incidiria a percentagem de 23% da TSU a cargo da entidade empregadora; bem como um mínimo de 2% para o seguro por acidentes de trabalho, obrigatório. Feitas as contas, o custo do duodécimo com remunerações e respetivos encargos obrigatórios, seria, por ama, (20.613 euros: 12 =) 1717,75: mais do que o valor total que a Segurança Social pagaria por ama - 1.682 euros. Ficando ainda como encargo da Instituição, sem qualquer participação familiar – a partir da universalização da gratuidade da creche -, ou da Segurança Social, o pagamento do educador de infância de enquadramento, da alimentação das crianças e demais despesas de funcionamento.”

O cenário de encerramento da resposta social Creche Familiar não é uma ameaça da CNIS. É a realidade para as IPSS que ainda a asseguram. Algumas já deram a entender que se não

houver esclarecimentos em breve não terão alternativa ao encerramento por impossibilidade de cumprimento do que é exigido pelas amas.

APOIO EXTRAORDINÁRIO

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade reclama do governo um apoio extraordinário significativo e não reembolsável para fazer face a enormes dificuldades de tesouraria do sector social.

“Eu estou preocupado com a situação financeira das instituições. É preciso pensar em apoios extraordinários que não estejam dependentes do Compromisso de Cooperação. Eu julgo que neste momento são necessários. Em devido tempo, quando foram definidos os apoios extraordinários para resolver problemas de tesouraria, em dezembro passado, com referência a 2022 e a antecipação de verbas de 2023, eu já nessa altura fiz saber que por altura da Páscoa teria de haver outro apoio extraordinário. Era previsível. A inflação continuou a subir e é preciso ter em conta que a inflação média nacional anda à volta

dos sete por cento, mas nas instituições os aumentos de custos são muito superiores. Por exemplo, quando há uma atualização do salário mínimo, enquanto na economia em geral a média do custo com os trabalhadores é de 18 por cento nas IPSS anda entre os 60 e os 70 por cento ou mais. O último estudo sobre a importância económico-social das IPSS revela que as instituições não estão muito abaixo da média nacional nos salários. Todos os anos tem havido atualizações ainda que baixas. Qualquer aumento tem um impacto enorme na economia social solidária. Por isso, calculo que a inflação neste setor deve rondar os 20 por cento. Neste momento o que é urgente é o apoio extraordinário sem estar dependente do Compromisso de Cooperação e tem de ser a fundo perdido.”

Lino Maia esclareceu ainda que não há datas marcadas para a tratar do Compromisso de Cooperação 2023/2024, admitindo que a iniciativa é do governo que, está convencido, brevemente deverá convidar as organizações de Sector Social para o início das negociações.

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

Maio, mês do recomeço e do trabalho

Desde tempos imemoriais que em certas regiões europeias se celebra maio como o mês do recomeço, do lançamento de um novo ciclo temporal, a meio caminho entre a Primavera e o Verão.

Em Portugal, este mês de maio entra em vigor o conjunto de alterações à legislação laboral que obedece à designação genérica de Agenda do Trabalho Digno. Analisando a legislação que agora entra em vigor, creio que ela se insere neste espírito de abertura de um novo ciclo.

Na contratação coletiva é resolvido o problema, que subsistia desde 2003, da possibilidade de uma parte denunciar uma convenção coletiva e forçar a sua caducidade sem negociar uma que a subsistia. O mecanismo que agora entra em vigor, determinando a obrigatoriedade de uma arbitragem se uma das partes a requerer no âmbito de um pedido de caducidade, vem corrigir o risco de desproteção dos trabalhadores e dar-lhes um novo instrumento para forçar a negociação de novas convenções, do tipo do que eu próprio defendi na Assembleia da República, logo quando a questão surgiu.

Ao nível das relações individuais de trabalho são criados, entre outros, novos limites à contratação a prazo de jovens, defendidos os direitos dos trabalhadores das plataformas, reforçadas as medidas de apoio à parentalidade e reconhecidos direitos a cuidadores informais. É ainda punido criminalmente o recurso a trabalho não declarado à segurança social, incluindo o dos trabalhadores domésticos.

Neste mês que começa com o dia internacional dos trabalhadores, Portugal dá um passo na direção certa.

O edifício moderno do direito do trabalho assenta num princípio de proteção da parte mais fraca, bem expresso pela ideia inspiradora de que entre o forte e o fraco é a lei que liberta e a liberdade que oprime, que vemos frequentemente atribuída a Karl Marx mas foi formulada por Henri Lacordaire, um frade dominicano francês influente na igreja e na política em meados do século XIX.

A atribuição ao Estado de uma função reguladora transformou profundamente a organização do trabalho e o estatuto social dos trabalhadores. O sociólogo francês Robert Castel sintetizou bem esse processo de mudança na definição de três fases na evolução da condição dos trabalhadores nas sociedades capitalistas,

passando de uma condição proletária, em que os trabalhadores eram quase-excluídos das sociedades, geralmente pobres, para uma condição trabalhadora em que eram vistos como um escalão inferior da sociedade, mas com perspectivas de mobilidade social ascendente pela educação e pelo mérito, para chegar à fase atual da condição salarial, em que conseguem níveis de vida generalizadamente melhores e plena participação social. Nesta condição salarial, o trabalho digno é garantido por um direito do trabalho protetor e efetivo, um salário adequado, o direito de associação e o acesso à segurança social.

Para que aqui chegássemos houve uma profunda convergência de pensamento crítico das contradições profundas do capitalismo liberal inicial, que sustentava moralmente a exploração desenfreada dos trabalhadores. Nessa crítica convergiram linhas de pensamento que vão das ideias de Marx e de diversas correntes de pensamento socialista, aos pensadores alemães, designados de “socialistas de cátedra”, que desenharam para Bismarck a segurança social moderna, à doutrina social da igreja codificada a partir da Encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII e ainda a grandes empresários com visão modernizadora, por todos representados pelas ideias de Henry Ford.

Esse progresso social tem sido submetido a grandes pressões nas últimas décadas. O

neoliberalismo trouxe de volta a ideia da plena liberdade contratual, como se uma relação de trabalho fosse equiparável a uma transação comercial. Muitas correntes de gestão empresarial desvalorizaram a importância do vínculo entre o trabalhador e empregador, defendendo que uma empresa eficiente é aquela que se responsabiliza pelo número mínimo de pessoas e se envolve em extensas cadeias de subcontratação e trabalho temporário. A digitalização veio frequentemente acompanhada de uma utopia libertária que dessolidariza diferentes grupos de trabalhadores e constrói o clima de aceitação de uma sociedade dividida entre vencedores e vencidos da evolução.

Hoje vivemos perante o risco sério de fragmentação das relações de trabalho, precarização geral de sociedade e emergência de modelos de negócio que tratam de novo o trabalho humano como uma mercadoria, porventura dispensável num futuro mais ou menos próximo.

Embora vestida de tecnologia e modernidade, essa visão levar-nos-ia de volta ao pesadelo social do século XIX.

Mas em Portugal este mês de maio é um mês de recomeço de passos na direção oposta, que podem até ter sido tímidos, mas renovam o compromisso de que a dignidade do trabalhador não pode sucumbir perante a mercadorização dessa atividade humana nobre que é o trabalho.



HENRIQUE RODRIGUES*Presidente do Centro Social de Ermesinde*

Voando sobre um ninho de cucos

1 – Sou, como somos todos, accionista da TAP.

Com uma admirável regularidade, parte dos impostos que pago são canalizados para manter à tona o que tenho visto designar por uma “companhia de bandeira”.

(Esta bandeira é a nossa, a bandeira de Portugal – coisa estranha para quem cresceu, como eu, a ouvir proclamar que o grande capital não tem pátria nem conhece fronteiras; nem tem bandeiras a desfraldar.

Como o proletariado, segundo a lição de Karl Marx, no Manifesto do Partido Comunista: “Os operários não têm pátria.”

Ainda dentro do parêntesis: escrevi “manter à tona”, sem malícia. Embora se trate também de transportes, e da bandeira nacional, não estava a pensar no navio Mondego, que há quem afirme não se manter à tona da água – e quem afirme o contrário.)

Afigura-se-me que o meu representante na assembleia geral da TAP – o accionista, como chamam todos ao dono da companhia, que é o Estado – não tem defendido com a desejável prudência os meus interesses de accionista por via fiscal.

Na verdade, em vez de a informação aos verdadeiros accionistas sobre a saúde da Companhia ser divulgada nos seus órgãos próprios, é necessário levar à sede parlamentar e a uma Comissão Parlamentar de Inquérito a obrigação de o Conselho de Administração nos informar do aviamento da empresa.

E o que temos ouvido e lido não é de molde a deixar-nos tranquilos – e ainda não chegou a metade da missa.

(Entretanto, fomos avisados de que o nosso representante, o Estado, se prepara para vender de novo a TAP, privatizando-a, numa réplica de Pedro Passos Coelho, no que se afigura um regresso à página anterior, que fora virada em 2015, pela Geringonça.

Verdadeiramente, a TAP bem se afirma como companhia de aviação: voa da esquerda para a direita, da direita para a esquerda, novamente da esquerda para a direita – sem estados de alma, sem um suspiro de saudade.)

Depende, como se sabe, do lado donde sopra o vento ...

2 – Não vale a pena revisitar todas as peripécias que a actividade da Comissão Parlamentar de Inquérito, voluntária ou involuntariamente, tem provocado.

Mas a sua aptidão para causar estragos merece algumas notas e comentários.

Tem sido elogiada, ou repudiada, consoante a posição de quem comenta, os bons resultados que têm bafejado a economia portuguesa.

Até o Presidente da República, não obstante o diagnóstico severo que nos comunicou acerca da maioria absoluta que suporta o Governo do PS, reconhece tais resultados – embora comentando que tais virtudes ainda não chegaram ao bolso dos portugueses.

E, na verdade, os jornais deste fim de semana referem que, já em 2023, Portugal ultrapassará, pela positiva, a Espanha e a França no peso da dívida pública em percentagem do PIB, o mesmo sucedendo brevemente em relação à Bélgica; prevendo igualmente que em 2026 o peso da dívida será finalmente inferior a 100% do PIB.

Tais resultados acompanham o ritmo que tem sido traçado às finanças públicas desde 2011, sob a batuta da troika, que Mário Centeno manteve, a partir de 2015 – embora dissesse o contrário.

Depois do tempo dos cortes, com Pedro Passos Coelho, foi o tempo das cativações, com a Geringonça, da poupança forçada na despesa com os serviços públicos, em nome das “contas certas” – eufemisticamente invocadas sob a designação de “virar a página da austeridade”.

Uma das questões que mais perturbam esta política das contas certas é o dos seus efeitos na qualidade e eficácia dos serviços públicos.

Com efeito, muita gente avisada pergunta-se se, em vez da aceleração do ritmo da redução da dívida, não seria preferível um ritmo mais modesto, alocando recursos aos domínios onde as falhas são mais graves: o SNS, a Justiça, a Educação, a Habitação.

Foi a preterição do investimento nessas áreas que verdadeiramente levou ao fim da Geringonça.

(Ainda hoje o “Público” dá nota da criação de um novo movimento cívico, que não é suspeito

de hostilidade para com o Governo, em defesa do SNS – que considera urgente curar.)

Mas foi também a confluência dessa opção do Governo do PS com a cumplicidade do Presidente da República que permitiu os bons resultados nas “contas certas” – e, de caminho, permitiu ao PS apoiar a candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa ao 2º mandato presidencial.

(O tempo político corre velozmente – e já quase ninguém se lembra que o PS mandou votar Marcelo há pouco mais de 2 anos.)

Essa cumplicidade acabou – e foi um dividendo da TAP.

Só falta saber quem lucra com esse dividendo.

3 - Os políticos portugueses são, no geral, mal pagos.

A exposição pública e a devassa de toda a sua vida, e da família, dos deputados, dos membros do Governo, passada a pente fino, não é compensada pelos salários que são pagos.

Mas a passagem pelas cadeiras do poder serve muitas vezes – demasiadas vezes – de porta giratória para cargos mais bem remunerados.

Para o caso de a gente se esquecer, as Comissões Parlamentares de Inquérito têm tido a virtualidade de nos recordar que, apesar de o salário médio em Portugal ser próximo do salário mínimo, essa escassez não é para todos.

Como, no tempo da troika, se qualificavam de obscenas as reformas de muitos banqueiros, com poucos anos de descontos, o mesmo se pode dizer da displicência com que, num País pobre, se pagam milhões a gestores públicos de companhias falidas – como viemos a saber no caso da TAP.

Até o Governo, que os nomeou, ficou surpreendido.

Ou não, como a Comissão Parlamentar de Inquérito irá apurar – ou não!

4 – No filme de Milos Forman, cujo título roubei para esta crónica, um personagem, o Chefe Bromden, atira um carrinho de hidroterapia pela janela, para conseguir fugir do hospital psiquiátrico onde se encontrava retido.

Se, em vez de um carrinho, fosse uma bicicleta contra o vidro, lembrava-me outra história...

CENTRO DE APOIO SOCIAL DE CARVOEIRO, LAGOA

Falta de acordo de cooperação no Pré-escolar mantém instituição na corda bamba

Carvoeiro é uma pequena localidade do concelho de Lagoa, que em conjunto com a sua sede formam uma das suas quatro freguesias e que tem no Centro de Apoio Social de Carvoeiro (CASC) a única resposta social local.

Dedicada à infância, o CASC tem capacidade para 99 crianças, 49 em creche e 50 em Pré-escolar, sendo que acolhe apenas 47 petizes, pela redução de capacidade de uma sala, porque há uma menina com necessidades educativas especiais.

“No Carvoeiro não há mais nenhuma resposta para infância, mas em Lagoa há o Centro Popular de Lagoa com essa resposta na freguesia”, começa por dizer Márcia Oliveira, a diretora-técnica da instituição.

Tendo em conta a situação verificada em termos de carência de respostas a serviços de proximidade na freguesia e na procura de equidade e justiça social, em 2005, foi assinado, um contrato de Comparticipação Financeira e Cooperação Técnica, que resultou na construção de um equipamento de creche, em funcionamento desde junho de 2009.

“Para falar da história desta casa, tem que se falar do senhor Viegas, que foi quem se lembrou de fazer alguma coisa pelo Carvoeiro. E não fosse ele e algumas pessoas que o acompanharam nesse propósito, nós não estávamos aqui”, recorda Márcia Oliveira, que está na instituição desde a sua criação.

A Associação começou em 2003, depois constituiu-se como IPSS e foi com o apoio do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que o CASC avançou para a construção da creche, contando “com o apoio imprescindível da Câmara Municipal de Lagoa, sem o qual a instituição não estava aqui”, ressalva a responsável.

com quatro salas e, ainda, sem berçário.

«A Escolinha», como é denominado o jardim de infância, arrancou apenas com a resposta de creche e, ainda, sem berçário, surgindo o Pré-escolar uns anos mais tarde, juntamente com o berçário.

“No início tínhamos duas salas de 12 aos 24 meses e duas salas dos 24 aos 36 meses, mas estavam a sair crianças que a única sala de Pré-escolar pública que há no Carvoeiro não conseguia absorver”, recorda Márcia Oliveira, acrescentando que “muitos pais queriam que as crianças se mantivessem na instituição”.

Com a pressão dessa necessidade de Pré-escolar e igualmente de berçário, a Direção decidiu avançar para uma requalificação das instalações e com a adaptação de alguns espaços, conseguiu criar salas para alargar a resposta.

Ao longo da conversa com o SOLIDARIEDADE, a diretora-técnica do CASC não teve pejo em repetir que “sem o apoio da Câmara Municipal de Lagoa, a instituição não existia”. De dimensão reduzida e apenas com resposta para a infância, a sustentabilidade da



instituição é difícil, o que evidencia que algo de errado se passa mesmo com os acordos de cooperação.

No entanto, tudo fica mais complicado quando o Pré-escolar não está coberto por nenhum acordo de cooperação com a Segurança Social.

E não tem acordo de cooperação porquê? “Já há tempos, em 2013, fizemos uma candidatura, mas não obtivemos resposta e, depois, surgiu o Procoop. Entretanto, fizemos uma nova adaptação ao espaço e criámos uma nova sala, no final de 2019. Não temos uma candidatura, neste momento, no Procoop, porque para o podermos fazer temos de ter tudo segundo as normas. Por isso, tivemos de alterar o projeto de combate a incêndios e as medidas de autoproteção. Por exemplo, tínhamos portas normais e agora colocámos portas corta-fogo. Estamos a adequar as instalações às normas vigentes”, explica Márcia Oliveira.

“Em creche, tivemos que fazer alterações que, se não tivéssemos feito para criar mais uma sala e tivemos de mudar as dimensões, não teríamos necessidade de mudar as portas. E, assim, foi necessário fazer essa mudança... mas está quase tudo pronto”, acrescenta Ângela Vieira, a diretora pedagógica do CASC.

“Uma das coisas essenciais para podermos avançar com uma candidatura é o parecer da AENPC. Só depois de termos tudo em condições

é que podemos pedir a vistoria e, então, avançar para o Procoop”, sustenta Márcia Oliveira, sublinhando: “No fundo, isto é um Pré-escolar privado, só não pagam o que se paga num privado! Há um teto mínimo e um máximo nas mensalidades, mas não chegam aos valores dos privados”.

Tudo isto levanta problemas económico-financeiros à instituição, porque não tem margem de manobra, como explica a diretora-técnica: “Por exemplo, fazer esta obra de mudança das portas, não fosse o apoio da Câmara Municipal de Lagoa, a instituição não tinha condições de avançar. Era impossível! E não fosse a Câmara já tínhamos fechado, repito. Há que dizer isto, porque é a realidade. Estas quase 100 famílias tinham que colocar as crianças noutro lado e as 22 funcionárias tinham que ir trabalhar para outro lado ou ir para o desemprego”.

Sobre a gratuidade da creche, Márcia Oliveira considera que, “em primeiro lugar, para ser gratuita deveria ter sido logo para todas as crianças” e explica: “Uma família que tenha uma criança com dois anos e meio e outra com seis meses, na creche uma paga e a outra não! Mas são crianças iguais! Devia ter sido para todos ao mesmo tempo e não apenas para os que estavam a entrar”.

Ainda assim, apesar de algumas famílias questionarem a situação, “não foi nada de

especial”. Em termos internos a adaptação foi fácil.

“Na instituição adaptámo-nos bem. Penso que a Covid-19 trouxe muitas coisas para as IPSS. Conseguir trabalhar em cima do joelho como fizeram, com portarias constantes, interpretá-las e aplica-las, deu um grande know-how ao pessoal das instituições, o que não foi mau. E aqui temo-nos adaptado consoante as situações”, argumenta, acrescentando que, “em termos financeiros, a gratuidade da creche não mexe com a instituição”.

Socioeconomicamente, a população que a instituição serve não é abastada, mas o principal problema da instituição é (ou era mais no passado) outro.

“Dantes as coisas eram mais difíceis, porque estamos no Algarve e havia muita economia informal, não declarada, e isso mexia muito com as nossas contas, porque não tínhamos a que nos agarrar para aplicar as mensalidades. Tínhamos uma normativa em que podíamos averiguar a situação e se conseguíssemos comprovar que havia mais rendimentos do que os que nos declaravam, podíamos aplicar o custo médio real por utente. No nosso caso, é o valor máximo, que é sempre abaixo do custo real! Dantes, se calhar, tínhamos 50% das famílias nessa situação, hoje já não é assim, de todo. Melhorou muito nesse aspeto, mas não posso

dizer que é uma comunidade de classe média, porque são pessoas que na maioria recebe o salário mínimo”, sustenta Márcia Oliveira.

O Carvoeiro, por outro lado, atrai também muitos europeus que ali instalam a sua residência, alguns a trabalhar para os seus países de origem, como Inglaterra, Países baixos e outros. Isso, para as responsáveis por «A Escolinha» é positivo.

“Temos, de facto, uma grande comunidade de estrangeiros. E essa multiculturalidade é muito boa, é bom sentir essa diversidade cultural, porque temos uma grande variedade de nacionalidades”, afirma Ângela Vieira, que destaca a disponibilidade dos pais para as atividades dos filhos.

Apesar das dificuldades, os responsáveis pelo Centro de Apoio Social de Carvoeiro gostariam de alargar a sua resposta à terceira idade. A criação de um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que no Carvoeiro é prestado pelo Centro Popular de Lagoa, instituição da sede de concelho, é uma necessidade que a instituição gostaria de colmatar.

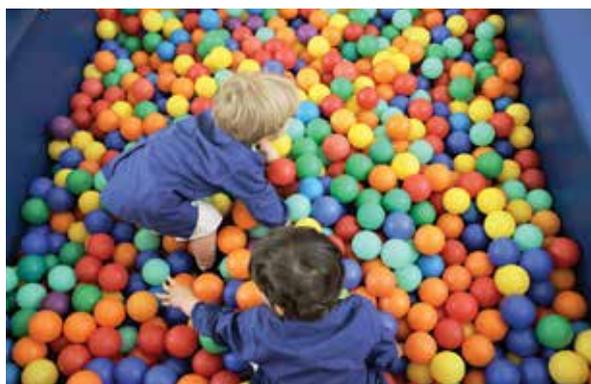
“Está nos estatutos e no horizonte da instituição. Atualmente, temos andado a arrumar a casa, em termos financeiros, porque em creche temos acordo com a Segurança Social, mas em Pré-escolar não e é muito difícil gerir essa parte. Mas, no futuro, gostávamos muito de

enveredar pelo SAD. Mas antes é preciso perceber se as nossas instalações têm capacidade para acolher os serviços necessários a essa resposta, como a lavandaria e outros”, revela Márcia Oliveira, que sublinha que “faz falta um SAD no Carvoeiro”.

Em jeito de comentário, Márcia Oliveira deixa um desabafo: “Muitas vezes os trabalhadores desta casa damos mais do que aquilo que as pessoas pensam. As pessoas não imaginam, mas há uma grande dedicação e as pessoas não têm consciência do que é trabalhar numa IPSS. As pessoas lembram-se todas da Raríssimas e pensam que as instituições são todas Raríssimas, mas não sabem os esforços que temos que estar sempre a fazer para isto dar para toda a gente, prestando um bom serviço. Por vezes, há pais que ficam chateados com determinada situação, mas nós estamos aqui para zelar pelo bem-estar de todos os meninos e meninas, não é para cuidar só de uns e não de todos”.

A isto, Ângela Vieira acrescentou: “Nós vemos isto como a nossa casa, a nossa família. Sentimos isto como se fosse nosso, sabendo que não é. Temos muito esse sentimento de pertença e, por vezes, acabamos por sentir de mais a casa. Aqui temos um ambiente muito bom e muito saudável”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



CASCARTE

Projeto educativo tem as artes no centro das atividades

No início do ano letivo de 2021, e com o horizonte de 2024, o Centro de Apoio Social de Carvoeiro encetou um novo projeto educativo, denominado CASCARTE.

Sob o lema «A Arte na Escola», o tema foi escolhido por ser “muito interessante” e possibilitar “trabalhar muitas vertentes e muitas competências, tanto em creche e em Pré”.

Ângela Vieira, a diretora pedagógica, considera que, “assim, é melhor do que arranjar um tema que se restringisse a um ano letivo, o que era limitador, sendo que este dá para trabalhar em todas as idades”.

E, segundo a responsável, “nota-se que as crianças gostam de criar e de explorar e a arte acaba por lhes dar isso”.

“Em termos práticos, fazemos muita exploração de obras de arte. Por exemplo, no dia dos namorados explorámos um quadro e depois fizemos uma espécie de galeria de arte



que eles exploraram. Este ano foi na Páscoa e os pais quando vinham buscar os filhos, depois de uma caça ao ovo, tinham que passar pela exposição. Para além de trabalharmos com tintas, utilizamos muitos materiais reutilizáveis, como tecidos, plásticos, dando sempre asas à exploração e à criatividade. Em creche são mais orientados e é mais na base da exploração sensorial, no Pré deixamos que

sejam as crianças fazer as coisas mais sozinhos”, explica Ângela Vieira.

Beneficiando ainda de espetáculos, teatrais e outros, que o município disponibiliza, a instituição aproveita-as para estimular o gosto das crianças pelas diversas artes.

“Este ano temos apostado muito na arte a nível da natureza. Por exemplo, na minha sala, com paus e tecidos, as crianças fizeram uns bonecos que agora vão entrar numa peça de teatro, cuja história serão eles a construir. É muito à base da exploração e da criatividade e não se restringe à pintura”, refere, deixando um elogio aos pais: “Os pais são participativos, pois quando lhes solicitamos algo, eles participam e contribuem. Desde a Covid as pessoas parece terem mais sede destas coisas. Nas festas e até nas reuniões de pais, sentimos que estão mais participativos e tem sido, assim, depois da Covid”.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

COMPROMISSO EMPREGO SUSTENTÁVEL

Incentivo à contratação sem termo de desempregados

A segunda fase de candidaturas à medida Compromisso Emprego Sustentável, criada para incentivar à contratação sem termo de desempregados inscritos no IEFP, está aberta até ao fim de dezembro, anunciou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

De acordo com a nota enviada à comunicação social, as candidaturas podem ser efetuadas, pelas entidades promotoras, até ao dia 28 de dezembro de 2023.

Em causa está uma medida que pretende incentivar a contratação sem termo de desempregados inscritos no IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional complementado pela atribuição de um apoio financeiro ao pagamento de contribuições para a Segurança Social, no primeiro ano de vigência dos contratos de trabalho apoiados.

O Ministério do Trabalho dá nota de que foram introduzidas alterações à medida Compromisso Emprego Sustentável, como a promoção “de forma mais imediata ao acesso à medida por parte dos desempregados inscritos no IEFP, através da redução do tempo de inscrição (de seis para três meses)” ou do “alargamento das situações em que o mesmo



é dispensado, nomeadamente no caso dos jovens, permitindo uma (re)entrada mais célere no mercado de trabalho”.

Com as alterações generaliza-se também “a possibilidade de contratação de ex-estagiários

a todas as empresas”, “passa a prever-se expressamente a elegibilidade dos beneficiários de proteção temporária” e “reajusta-se a condição de acesso à majoração que valoriza os contratos com uma maior retribuição”.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

- | | |
|---|---|
| US UNIDADES DE SAÚDE | PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS) |
| CP CONTROLO DE PRESENCAS | PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC |
| ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO | PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI |
| UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT) | ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS |
| GI GESTÃO DE IMÓVEIS | CNT CONTABILIDADE ESNL |
| IMO IMOBILIZADO ESNL | LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE |
| ORD ORDENADOS | ORC MÓDULO ORÇAMENTOS |



- + de 40 aplicações
- + de 900 clientes
- Garantia de satisfação
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota
- Formação online

Contacte-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE +351 253 408 326
TELEMÓVEL +351 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM www.tsr.pt

ENVELHECIMENTO

Respostas do sector social chegam a 223 mil pessoas

As respostas do sector social dedicadas ao envelhecimento chegam a 223 mil pessoas, o que representa um investimento anual de quase 500 milhões de euros, disse a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Segundo Ana Mendes Godinho, que esteve a ser ouvida na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão sobre a situação nos lares de idosos, nos últimos setes anos foram criadas mais 10.500 novas respostas sociais dedicadas ao envelhecimento.

De acordo com a ministra, entre estas respostas incluem-se equipamentos residenciais para pessoas idosas, apoio domiciliário e também centros de dia.

“Hoje, a capacidade total do sector social é de cerca de 223 mil pessoas”, disse a governante.

Acrescentou que, atualmente, “o investimento anual é de cerca de 487 milhões de euros por ano, o que significa mais 167 milhões do que em 2015”, o que, na opinião

da ministra, demonstra a prioridade que o Governo dá a esta área.

Ana Mendes Godinho referiu que desde 2015 a comparticipação da Segurança Social às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) aumentou 131 euros por mês, o que “significa mais 36% do custo da comparticipação da segurança social de cada pessoa por mês”.

Apontou que o valor atual pago pela Segurança Social, por pessoa, é de 493 euros, apenas no que diz respeito às ERPI e no âmbito dos acordos de cooperação com o sector social, e que esse valor significa um aumento de 13,8% face ao que era pago no final de 2021.

A ministra defendeu que a preocupação do Governo tem sido garantir a capacidade de resposta no momento, nomeadamente com a qualificação da oferta já existente, mas também através do investimento para promover o envelhecimento ativo e saudável. Referiu que há “uma nova metodologia de intervenção” junto das respostas para pessoas

idosas que pressupõe uma intervenção conjunta entre a Segurança Social e a Saúde, “numa lógica de acompanhamento regular e não de ações de fiscalização”.

Relativamente às ações de fiscalização, Ana Mendes Godinho explicou que, quando acontecem e quando estão em causa situações de proteção e defesa das pessoas, a Segurança Social retira os idosos desses estabelecimentos, referindo-se a casos recentemente conhecidos.

“A verdade é que todos sabemos que existem situações irregulares, ilegais”, admitiu a ministra, garantindo, no entanto, que a Segurança Social “é implacável” na garantia da proteção e defesa daquelas pessoas.

De acordo com a ministra, foram encerrados 320 lares ilegais desde 2020, na sequência de “mais de duas mil ações de fiscalização” pela Segurança Social nesse período, tendo também havido 1.021 denúncias. Foram igualmente realizadas 7.000 visitas de acompanhamento a respostas sociais.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Ex-ministra da Saúde Ana Jorge é a nova provedora

A atual presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Ana Jorge, é a nova provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sucedendo a Edmundo Martinho, à frente da instituição desde novembro de 2017.

A médica e ex-ministra da Saúde nos executivos de José Sócrates foi escolhida para assumir funções como provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), tendo iniciado funções em 1 de maio.

Ana Jorge esteve à frente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) desde 2021, onde teve como



objetivo dar relevo à área da saúde mental, sobretudo em relação à doença mental crónica, com respostas enquadradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados para crianças, adolescentes e adultos.

Antes de assumir funções na CVP foi, entre 2016 e 2021, coordenadora da Unidade de Missão do Hospital da Estrela, da SCML.

A médica pediatra foi ministra da Saúde nos XVII e XVIII governos constitucionais, deputada e gestora de várias instituições de saúde e da economia social.

INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

919 crianças em lista de espera

O apoio a crianças em risco ou com atraso de desenvolvimento tem 919 crianças em lista de espera, devido aos problemas que a intervenção precoce atravessa, denunciaram quase 30 organizações de norte a sul do país.

Em causa está a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Intervenção Precoce, uma parceria entre os ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e um conjunto de IPSS, com o objetivo de disponibilizarem técnicos de várias especialidades para equipas locais de intervenção.

As 27 organizações que assinaram uma carta aberta manifestaram “indignação pela degradação” deste sistema, criado em 2009, alegando que neste momento põe em causa os direitos

das crianças e das famílias mais vulneráveis.

Um “elevado número de crianças e famílias com necessidade de programas de intervenção precoce são deixadas para trás, ficando mesmo privadas de qualquer apoio ou, então, as condições precárias a que estão sujeitos os profissionais não lhes permitem dar resposta eficaz às necessidades”, denunciam os subscritores do documento, entre os quais a Associação Nacional de Intervenção Precoce e associações de Paralisia Cerebral de vários pontos do país.

De acordo com os dados que divulgaram, o número de crianças previsto nos acordos de cooperação é de 3.964 e estão a ser neste momento apoiadas 7.875, havendo ainda 919 em lista de espera.

“Estes números evidenciam de forma



preocupante a reduzida capacidade com que as equipas de intervenção precoce na infância atualmente se debatem”, lê-se na carta.

“O que vemos na prática, no âmbito da Intervenção Precoce na infância no nosso país, é uma estratégia (ou falta dela) que, deliberadamente ou por inépcia, está a criar uma situação que coloca em causa os direitos das crianças mais vulneráveis”, denunciam as associações, pedindo o reforço das equipas locais de intervenção.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



O caminho futuro das taxas de juro

A grande incógnita que nos atormenta por estes dias é o que vai acontecer às taxas de juro.

Do caminho futuro das taxas de juro depende, por exemplo, a prestação da casa, fazermos ou não fazermos tal ou tal investimento e, finalmente, depende a própria saúde geral da economia que é como quem diz o nível do emprego e o bem-estar geral da comunidade.

É natural que estejamos ansiosos!

Os bancos centrais foram forçados a subir as taxas de juro quando (tarde e a más horas) se deram conta de que o surto inflacionário de 2021/2022 não era meramente transitório, era um caso sério a merecer medicina de respeito.

Das hesitações e dos erros dos bancos centrais já se escreveu que chegue. O que na verdade agora importa é tentar perceber o que aí vem e tentar ajustar as nossas expectativas e os nossos comportamentos ao que o futuro eventualmente nos reserva.

Foi a inflação que obrigou os bancos centrais a subir taxas de juro e será a inflação que permitirá fazê-las descer algures no futuro.

O que sabemos sobre a inflação?

Sabemos que está a descer consistentemente desde os máximos de 2022.

Nos Estados Unidos os máximos foram registados na meada do ano, na Europa por volta de novembro de 2022.

Olhando para os números de março vemos que, nos Estados Unidos (US) a inflação desceu de 8,5% em março de 2022 para 5% em março de 2023.

Contudo, a descida da inflação explica-se quase totalmente pelos efeitos de base em relação aos custos da energia.

A energia vale um pouco menos de 10% do índice de inflação em US. Em março de 2022 os preços da energia subiam em base anual cerca de 32% e, portanto, contribuíam com cerca de 3% para a inflação geral. Em março de 2023 os preços da energia recuavam cerca de 7% e, consequentemente, contribuíam negativamente cerca de 0,5% para o índice geral.

É fácil perceber que, se excluíssemos a energia, a inflação estaria basicamente estável.

E daqui para a frente como vai ser?

O mais provável é que o índice geral continue a descer na medida em que a energia e a comida, quanto mais não seja pelo efeito de base, apresentem contributos pequenos ou até

negativos.

No entanto, mesmo que os preços da energia e dos bens alimentares estabilizem nos níveis atuais, a inflação nuclear vai ser mais dura de roer.

Tipicamente a energia e a comida valem (dependendo do país) entre um quarto e um terço do índice. O resto são outros bens físicos, mas, sobretudo, serviços e dentro dos serviços a habitação tem um peso muito significativo.

Na área dos serviços os salários comandam os preços – são a componente mais importante dos custos pelo que, em última análise, a parte de leão da inflação futura depende da capacidade dos trabalhadores de exigir melhores salários e da capacidade das empresas para repercutir os aumentos de salários nos preços.

Por boas e por más razões a dinâmica infernal de salários e preços que alimentou a inflação nos anos 70 e 80 do século passado não parece reprodutível nos nossos dias.

O meu lado otimista diz-me que não vamos precisar de uma recessão brutal para parar com o ciclo vicioso da inflação.

O que não acredito é que o ciclo atual seja um “blip” passageiro que vai curar-se em pouco tempo e com custos contidos.

Provavelmente vamos ter ainda um par de anos com inflação bem acima do que consideramos razoável e, portanto, sem margem para os bancos centrais reduzirem as taxas de juro num horizonte não muito distante. Provavelmente vamos ter de viver com taxas de juro elevadas durante mais tempo do que gostaríamos.

O curioso aqui é que os mercados financeiros (supostamente quem mais sabe destas coisas) não pensam como eu – são mais otimistas.

No início de fevereiro as cotações de futuros de taxas de juro indicavam a crença dos mercados de que a Reserva Federal faria dois cortes nas taxas de juro ainda durante este ano. Atualmente a perspetiva dos mercados é um pouco mais negativa, contudo, a probabilidade implícita nas cotações de futuros de que as taxas de juro permaneçam nos níveis atuais ou mais altos até ao final do ano é muito pequena, ou seja, os mercados acreditam que os níveis atuais das taxas de juro não são sustentáveis mesmo em prazos relativamente curtos.

O que pode levar a que os mercados estejam certos e eu errado?

Creio que uma de duas coisas: ou a inflação vai descer muito rapidamente para níveis confortáveis para os decisores da política monetária ou, então, vem aí uma recessão que vai obrigar o banco central a reduzir as taxas para estimular a economia.

Em relação à primeira hipótese (descida benigna da inflação) parece-me muito pouco provável que possamos chegar no final de 2023 e mesmo durante 2024 com a inflação ancorada em níveis que deixem os banqueiros centrais confortáveis para rever em baixa as taxas de juro.

Resta hipótese da recessão.

Não faltam indicadores a apontar para uma eventual recessão.

Porventura o mais óbvio de todos é a inversão da curva das taxas de juro, isto é, o facto de as taxas de juro serem mais altas nas maturidades curtas que nas maturidades longas – as taxas de juro em US a 3 meses estão ligeiramente acima de 5%, a 10 anos estão próximo de 3,5%. Isto não é normal e no passado situações similares têm ocorrido antes de recessões. Na Alemanha as taxas a 2 anos são superiores às taxas a 10 anos em 50 pontos base.

A recente turbulência no sistema bancário pode ter consequências na capacidade de geração de crédito e consequentemente deprimir o nível de atividade económica.

Indicadores que vão chegando de vários mercados (em particular o mercado da energia) também apontam para uma eventual recessão ainda em 2023 ou no início de 2024.

Talvez!

Ainda assim, a não ser que a recessão seja profunda e ameace ser longa (parece pouco provável), não estou a ver como os bancos centrais tenham margem para baixar taxas de juro em doses consideráveis.

O meu cenário central é que, com recessão ou sem ela, as taxas de juro em 2023 e 2024 não sejam muito diferentes das taxas atuais.

Tanto quanto posso ver os mercados estão equivocados neste particular. Veremos!

Mas talvez mais interessante que tudo isto seja imaginar como vai ser lá para 2025 ainda que tudo corra bem em 2023 e 2024, isto é, sem recessão e com inflação bem-comportada.

Um tema interessante para uma crónica futura.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

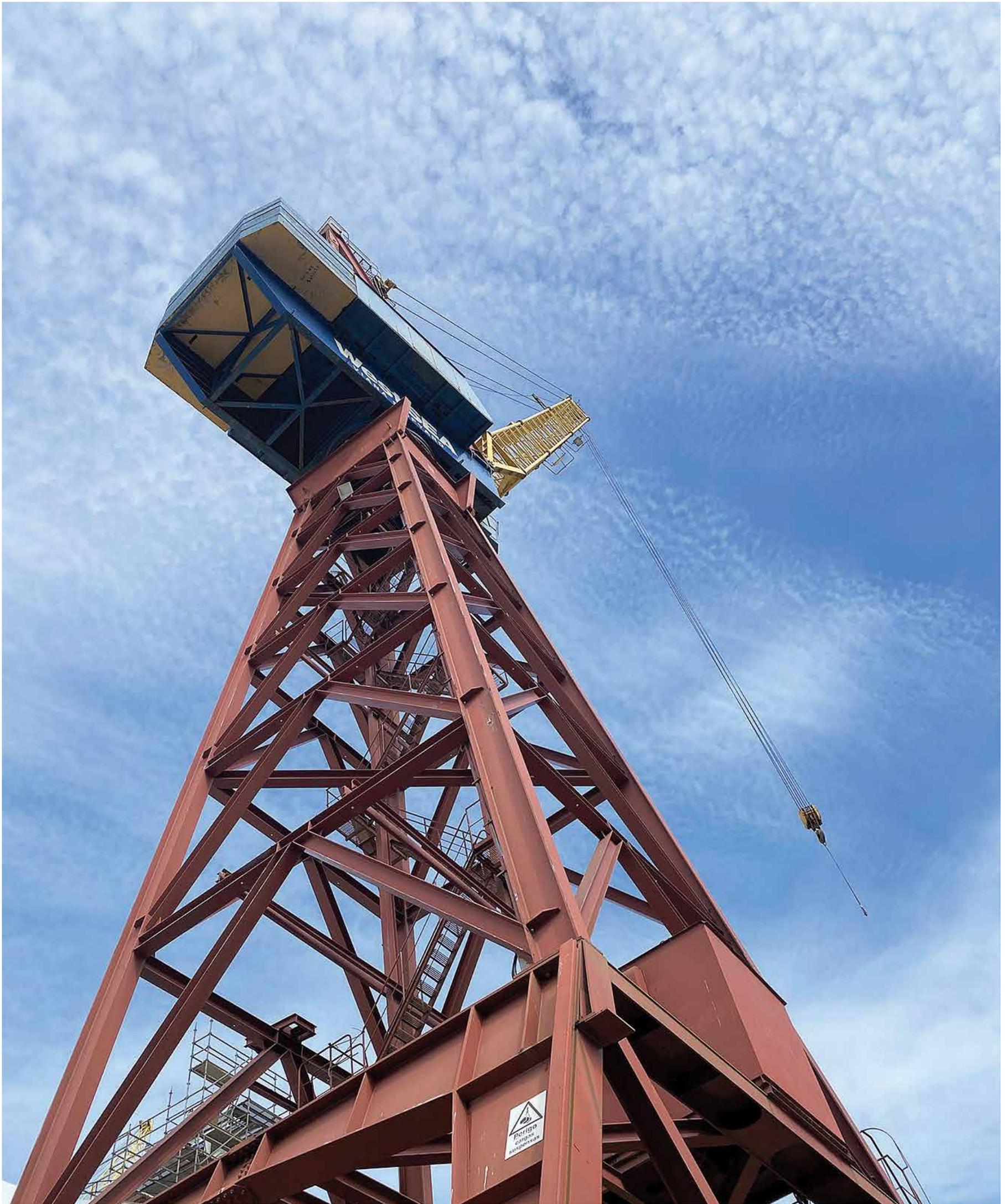
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Em construção...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

COVID-19

OMS declara o fim da emergência de saúde a nível global

O comité de emergência da Organização Mundial da Saúde considerou ser o “momento certo de avançar” para a gestão da covid-19, que deixou de ser um “evento incomum e inesperado” que justifique um nível de alerta mais elevado.

“Embora a emergência de saúde pública global (PHEIC, na sigla em inglês) tenha sido um instrumento valioso para apoiar a resposta global à covid-19, o comité concordou que é o momento certo para avançar para a gestão a longo prazo do SARS-CoV-2 como um problema de saúde contínuo”, adiantou a organização (OMS) em comunicado.

O diretor-geral da OMS declarou o fim da emergência de saúde pública para a covid-19 a nível global, aceitando a recomendação do comité de emergência, um órgão que reúne peritos de várias áreas e que se reuniu pela 15.ª vez para avaliar a situação da pandemia.

“No último ano, o comité de emergência e a OMS têm estado a analisar os dados com cuidado, considerando quando seria o tempo certo para baixar o nível de alarme. (No dia 4 de maio) O comité de emergência reuniu-se pela 15.ª vez e recomendou-me que declarasse o fim da emergência global. Eu aceitei esse conselho”, afirmou Tedros Adhanom Ghebreyesus em conferência de imprensa.

Segundo disse, esta decisão significa, na prática, que este é o momento para os países fazerem a transição do modo de emergência para a gestão da covid-19 em simultâneo com outras doenças infecciosas.

A PHEIC, o nível mais alto de alerta da OMS, foi declarada em 30 de janeiro de 2020, numa altura em que pouco mais de 100 casos de infeção pelo coronavírus tinham sido detetados fora da China, sem nenhuma morte registada.

Segundo a OMS, mais de três anos depois, foram reportados oficialmente cerca de sete milhões de mortos, mas o diretor-geral da OMS admitiu que o número real de óbitos é “várias vezes maior”, chegando a “pelo menos 20 milhões”.

Os peritos do comité avaliaram a situação da pandemia à luz dos três critérios definidos na PHEIC: Se a covid-19 continuava a constituir um evento extraordinário, se se mantinha o risco de saúde pública para outros Estados através da disseminação internacional e se potencialmente requeria uma resposta internacional coordenada.

De acordo com a OMS, o comité de emergência considerou que, embora o SARS-CoV-2 continue a circular e a evoluir, com o risco de surgimento de novas variantes, “já não constitui um evento incomum ou inesperado”, mas Tedros Adhanom Ghebreyesus salientou que pode voltar a convocar esse órgão, se a situação vier a exigir-lo.

“Chegar ao ponto em que a covid-19 pode ser considerada como não constituindo mais uma PHEIC deve ser visto como um reconhecimento à coordenação internacional e ao compromisso com a saúde global”, destacaram ainda os especialistas.

Na sequência da decisão tomada, a OMS recomendou aos países que atualizem os planos de preparação para pandemias de agentes patogénicos respiratórios, incorporando as aprendizagens da covid-19, e que restaurem os programas

de saúde afetados pela pandemia.

Além disso, devem integrar a vacinação contra a covid-19 nos programas de vacinação ao longo da vida, assim como manter os esforços para aumentar a cobertura vacinal contra a covid-19 para todas as pessoas dos grupos de alta prioridade.

A organização recomendou ainda que os países continuem a levantar as medidas de saúde relacionadas com viagens internacionais, com base em avaliações de risco, e a deixar de exigir comprovativos de vacinação como pré-requisito para essas deslocações.

No seu parecer à OMS, os membros do comité destacaram a tendência decrescente das mortes por covid-19, a diminuição das hospitalizações e dos internamentos em unidades de cuidados intensivos e os elevados níveis de imunidade da população mundial ao SARS-CoV-2.

Segundo a OMS, a nível global, foram administradas cerca de 13,3 mil milhões de doses de vacinas contra a covid-19.

Atualmente, 89% dos profissionais de saúde e 82% dos adultos com mais de 60 anos completaram a vacinação primária, embora a cobertura nesses grupos prioritários varie em diferentes regiões do mundo.

“A covid-19 deixou -- e continua a deixar -- cicatrizes profundas no nosso mundo. Essas cicatrizes devem servir como um lembrete permanente do potencial de surgimento de novos vírus, com consequências devastadoras”, alertou Tedros Adhanom Ghebreyesus.



Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

Parceiro Oficial
Miele

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt